



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, abril/2003

**MINISTRO DA FAZENDA**

Antônio Palocci Filho

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Bernard Appy

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Joaquim Vieira Ferreira Levy

**CHEFE DE GABINETE**

Paulo Márcio Neves Rodrigues

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Almério Cançado de Amorim

José Antônio Gragnani

Luiz Tacca Júnior

Tarcísio José Massote de Godoy

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabiano Mourão Vieira

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar  
70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 9, n. 3, mar. 2003. 30 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 4,1 bilhões no mês de março. Este resultado se compõe de um superávit de R\$ 5,7 bilhões realizado pelo Tesouro Nacional e déficits de R\$ 1,5 bilhão e R\$ 13,6 milhões na Previdência Social e no Banco Central, respectivamente.

*Em março, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 4,1 bilhões.*

**TABELA 1  
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)  
BRASIL, 2002-2003**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Fev 2003	Mar 2003	Jan-Mar 2002 2003	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>27.724,3</b>	<b>26.235,8</b>	<b>76.640,2</b>	<b>86.402,7</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>21.612,8</b>	<b>20.523,6</b>	<b>61.144,9</b>	<b>69.117,7</b>
I.1.1 Receita Bruta	21.897,1	20.804,6	61.957,0	70.065,6
I.1.2. (-) Restituições	-284,3	-281,0	-712,8	-948,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-99,3	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>6.111,5</b>	<b>5.712,2</b>	<b>15.495,3</b>	<b>17.285,0</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>6.144,8</b>	<b>4.769,7</b>	<b>14.574,6</b>	<b>16.618,7</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>21.579,6</b>	<b>21.466,2</b>	<b>62.065,6</b>	<b>69.784,0</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>17.608,7</b>	<b>17.307,2</b>	<b>51.380,0</b>	<b>54.621,1</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>5.942,4</b>	<b>5.629,1</b>	<b>18.009,1</b>	<b>19.086,0</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>7.166,6</b>	<b>7.209,7</b>	<b>18.729,2</b>	<b>21.577,6</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>4.425,2</b>	<b>4.429,3</b>	<b>14.641,7</b>	<b>13.843,0</b>
IV.3.1. Despesas do FAT	328,8	363,7	1.428,2	1.261,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	167,1	127,6	227,1	411,0
IV.3.3. Outras Despesas	3.929,3	3.937,9	12.986,4	12.170,3
<b>IV.4. Transferência ao Banco Central</b>	<b>74,4</b>	<b>39,1</b>	<b>0,0</b>	<b>114,5</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>3.970,9</b>	<b>4.159,0</b>	<b>10.685,7</b>	<b>15.162,9</b>
V.1. Tesouro Nacional	5.026,0	5.656,4	13.919,7	19.455,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.055,1	-1.497,5	-3.234,0	-4.292,6
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>23,8</b>	<b>-13,6</b>	<b>-133,8</b>	<b>-27,8</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>3.994,7</b>	<b>4.145,4</b>	<b>10.551,8</b>	<b>15.135,1</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>3,57%</b>	<b>4,14%</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: Mar2003/Mar2002	
<b>Receitas</b>	<b>12,7%</b>
Tesouro	13,0%
Previdência	11,6%
<b>Transferências</b>	<b>14,0%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>12,4%</b>
<b>Despesas</b>	<b>6,3%</b>
Benefícios	15,2%
Pessoal	6,0%
Custeio e Capital	-5,5%

O resultado primário do Governo Central no primeiro trimestre do ano foi de R\$ 15,2 bilhões, superior em R\$ 4,6 bilhões (43,4%) ao obtido em igual período de 2002. Em proporção do PIB dos respectivos períodos, esse aumento foi de 0,6 ponto percentual, associado, em grande medida, ao comportamento das despesas do Tesouro Nacional. Enquanto as receitas líquidas de transferências caíram 1,4 ponto percentual em relação ao PIB, as despesas do Tesouro Nacional reduziram-se em 2,0 pontos percentuais.

As receitas do Tesouro Nacional, líquidas de restituições e incentivos fiscais, ficaram 1,8 ponto percentual do PIB inferiores à arrecadação do primeiro trimestre de 2002. Em parte, esse comportamento é explicado pela ocorrência de receitas atípicas nos três primeiros meses do ano passado, como o pagamento de

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receitas do Tesouro (*)	20,7%	18,9%
Transferências	4,9%	4,5%
Despesas do Tesouro	11,0%	9,0%
<b>Resultado Primário</b>	<b>4,7%</b>	<b>5,3%</b>

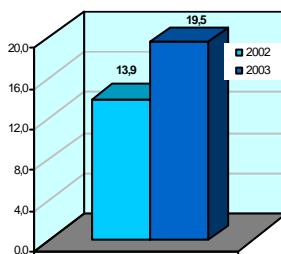
(\*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL  
Jan-Mar (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Tesouro Nacional	4,7%	5,3%
Previdência Social	-1,1%	-1,2%
Banco Central	0,0%	0,0%
<b>Governo Central</b>	<b>3,6%</b>	<b>4,1%</b>

débitos tributários pelos fundos de pensão, a tributação de lucro excepcional realizado por empresa estatal e as receitas de concessão das bandas D e E.

Por outro lado, em 2003, aumentaram as receitas do Imposto de Renda Retido na Fonte e do Imposto de Importação, associado, em grande medida, ao comportamento da taxa de câmbio. Além disso, ocorreram expressivas elevações na arrecadação de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, em virtude do aumento da produção interna e do preço referenciado em reais. Da mesma forma, cresceu a arrecadação de dividendos da União, devido ao pagamento efetuado pela Caixa Econômica Federal, sem correspondência no ano anterior.

**Superávit do Tesouro Nacional  
Brasil, Jan-Mar (R\$ bilhões)**


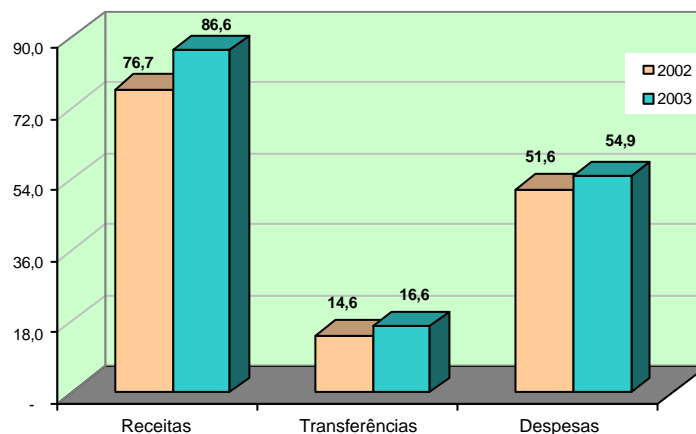
As transferências a estados e municípios caíram cerca de 0,4 ponto percentual do PIB, reflexo do comportamento dos tributos partilhados (IR e IPI), cuja arrecadação, até março deste ano, foi menor em relação ao observado entre janeiro e março de 2002, devido à arrecadação atípica desses tributos ocorrida naquele período.

Por sua vez, as despesas do Tesouro Nacional atingiram 9,0% do PIB, apresentando queda de 2,0 pontos percentuais do PIB em relação ao primeiro trimestre de 2002. Em termos nominais, no entanto, houve crescimento das despesas em R\$ 392,7 milhões (1,2%). Os gastos com pessoal e encargos sociais cresceram R\$ 1,1 bilhão (6,0%), em função dos efeitos financeiros dos reajustes concedidos aos servidores da União, no segundo semestre de 2002, nos termos da legislação vigente. Ainda assim, esses gastos estabeleceram-se em 5,2% do PIB, apresentando redução de 0,9 ponto percentual do PIB em relação ao começo de 2002.

*No primeiro trimestre do ano, o Tesouro Nacional apresentou superávit primário de R\$ 19,5 bilhões, contra R\$ 13,9 bilhões em igual período de 2002.*

**Resultado do Governo Central (\*)**

Brasil, Jan-Mar (R\$ bilhões)



(\*) Inclui despesas e receitas do Banco Central

As despesas com custeio e capital apresentaram redução de R\$ 798,7 milhões (5,5%), explicado pelo fato de que, em 2003, por razões peculiares da programação financeira dos órgãos gestores, não houve a utilização do montante dos limites financeiros aprovados no Decreto nº 4.591/2003. Por outro lado, as despesas com subsídios e subvenções econômicas apresentaram significativo aumento devido, em parte, aos pagamentos associados ao funcionamento do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), beneficiada em 2003 com R\$ 115,4 milhões dirigidos ao financiamento de habitações principalmente para trabalhadores com renda de até um salário mínimo.

As transferências de recursos para custeio de despesas administrativas do Banco Central (pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes), atingiram R\$ 114,5 milhões até março de 2003.

Por fim, a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 4,3 bilhões no primeiro trimestre de 2003. Esse valor foi R\$ 1,1 bilhão (32,7%) acima do verificado no mesmo período do ano anterior. Em grande medida, esse aumento está associado ao crescimento das despesas com benefícios previdenciários, em virtude tanto do significativo aumento do número médio de benefícios pagos (de quase um milhão), quanto do valor médio desses benefícios.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Contribuição	5,24%	4,73%
Benefícios	6,33%	5,90%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,09%</b>	<b>-1,17%</b>

Em março de 2003, a receita bruta do Tesouro Nacional foi de R\$ 20,8 bilhões, representando uma queda de R\$ 1,1 bilhão em relação ao mês anterior, explicado, principalmente, pelo comportamento das arrecadações do Imposto de Renda e de dividendos pagos à União.

### **Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior**

O declínio registrado na arrecadação do Imposto de Renda decorreu do fato de as entidades financeiras terem efetivado a antecipação, para o mês de janeiro e fevereiro de 2003, do recolhimento referente à declaração de ajuste referente ao ano calendário de 2002, cujo prazo legal de vencimento era o mês de março de 2003. Em consequência a arrecadação do IRPJ, em março, foi de R\$ 2,2 bilhões, enquanto que no mês anterior havia sido de R\$ 2,6 bilhões, correspondendo a um decréscimo de R\$ 449,8 milhões.

A arrecadação dos dividendos registrada em março de 2003 foi de R\$ 12,6 milhões, contra R\$ 499,7 milhões no mês anterior. Tal fato pode ser explicado pelo maior número de empresas estatais que, neste ano, recolheram dividendos em fevereiro, com destaque para o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

### PRINCIPAIS VARIAÇÕES DAS RECEITAS Jan-Mar (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Fundos de Pensão	4.279,0	-
Trib s/ Permuta c/ Tít Público	1.336,0	-
Royalties e Partic. Especial	1.156,3	2.962,7
Dividendos da CEF e BB	111,5	460,5
Concessão - Bandas D e E	1.265,1	-

No acumulado de janeiro a março de 2003, as receitas brutas do Tesouro Nacional corresponderam a 19,2% do PIB, contra 20,9% em igual período do ano anterior. Este comportamento decorreu, principalmente, da arrecadação atípica efetuada no primeiro trimestre de 2002, devido ao pagamento de débitos atrasados dos fundos de pensão conforme MP nº 2.222/01 (R\$ 4,3 bilhões) e à tributação de lucro em empresa estatal pela transferência de títulos públicos (R\$ 1,3 bilhão) no período considerado.

Alguns fatores contribuíram para compensar parte da queda das receitas devido à arrecadação atípica de 2002. Houve aumento do IRRF dos rendimentos de capital na comparação do acumulado de janeiro a março de 2003 para igual período do ano anterior, explicado, em parte, pela volatilidade da taxa de câmbio. Em operações de *swap*, a arrecadação no primeiro trimestre de 2003 foi de R\$ 771,0 milhões contra R\$ 136,0 milhões no primeiro trimestre de 2002. Já nos fundos de renda fixa, a arrecadação cresceu de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 2,3 bilhões.

### RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Mar (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
<b>Impostos</b>	<b>9,9%</b>	<b>8,3%</b>
Imposto de Renda	7,6%	6,2%
IPI	1,5%	1,3%
Outros	0,9%	0,9%
<b>Contribuições</b>	<b>8,9%</b>	<b>8,9%</b>
Cofins	3,9%	3,9%
CPMF	1,6%	1,6%
CSLL	1,2%	1,1%
Cide - Combustíveis	0,5%	0,5%
Outras	1,7%	1,8%
<b>Demais</b>	<b>2,1%</b>	<b>2,0%</b>
Dividendos da União	0,2%	0,2%
Concessões	0,5%	0,0%
Outras	1,5%	1,7%
<b>Total Bruto</b>	<b>20,9%</b>	<b>19,2%</b>

No IRRF referente às remessas para o exterior, houve incremento de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 1,5 bilhão devido à elevação da taxa de câmbio. Esta elevação teve também impactos nas receitas do imposto sobre importação, que aumentaram de R\$ 1,6 bilhão, no primeiro trimestre de 2002, para R\$ 2,1 bilhões, no primeiro trimestre de 2003.

As demais receitas do Tesouro totalizaram R\$ 7,2 bilhões até março deste ano, representando aumento de R\$ 0,8 bilhão quando comparadas àquelas recolhidas em igual período de 2002. Esse crescimento é explicado, principalmente, pela arrecadação da Cota Parte — receitas com *royalties* e participação especial na exploração de petróleo — que apresentou incremento de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 2,9 bilhões. Esta elevação de R\$ 1,8 bilhão resultou da alta do preço internacional do petróleo e da depreciação cambial, assim como do aumento de produção. Este incremento mais do que compensou a queda verificada nas receitas com concessões, devido à arrecadação atípica em 2002 com os leilões das bandas D e E.

### DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO Jan-Mar (R\$ milhões)

EMPRESAS	2002	2003
Petrobras	217,1	356,8
IRB	-	35,9
Serpro	5,5	11,1
Banco do Brasil	111,5	163,7
Caixa	-	296,8
Demais	155,4	17,8
<b>Total</b>	<b>489,6</b>	<b>882,1</b>

Os dividendos pagos à União apresentaram crescimento de R\$ 392,5 milhões, passando de R\$ 489,6 milhões, no primeiro trimestre de 2002, para R\$ 882,1 milhões, em 2003. Os principais responsáveis pela arrecadação registrada este ano foram Petrobras (R\$ 356,8 milhões), Caixa Econômica Federal (R\$ 296,8 milhões) e Banco do Brasil (R\$ 163,7 milhões). De janeiro a março de 2002, os pagamentos de dividendos mais importantes foram da Petrobras (R\$ 217,1 milhões) e do Banco do Brasil (R\$ 111,5 milhões).

As transferências a estados e municípios corresponderam a 4,5% do PIB no primeiro trimestre de 2003, representando queda de 0,4 ponto percentual do PIB em relação a igual período do ano anterior. Esta queda pode ser explicada essencialmente pela redução da arrecadação extraordinária do IRPJ realizada no primeiro trimestre de 2002, mencionada anteriormente.

No que se refere às transferências referentes à desoneração do ICMS sobre as exportações, em decorrência da Lei Complementar nº 87/96, houve elevação de 0,3% do PIB, até março de 2002, para 0,4% do PIB, até março deste ano. Esse aumento decorreu, principalmente, do pagamento aos estados de valores referentes a novembro e dezembro de 1999 atualizados pelo IGP-DI, conforme definido na Lei Complementar nº 115/2002.

As demais transferências cresceram de 0,6% do PIB, no primeiro trimestre de 2002, para 0,8% do PIB, em igual período de 2003. A maior parte desta elevação resultou do incremento na repartição dos *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo, cujas receitas aumentaram.

Em relação a fevereiro, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução de R\$ 336,9 milhões, dos quais R\$ 313,3 milhões refere-se à diminuição na rubrica “Pessoal e Encargos Sociais”, que passou de R\$ 5,9 bilhões para R\$ 5,6 bilhões. Tal comportamento é explicado, principalmente, pelo movimento sazonal da despesa com férias ocorrida no mês anterior.

Os gastos com custeio e capital mantiveram-se praticamente constantes (crescimento de apenas 0,3%). As despesas totais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com abono salarial, seguro desemprego e demais despesas administrativas perfizeram R\$ 363,7 milhões em março, apresentando crescimento de 10,6% em relação ao mês anterior. Contribuíram para esse resultado os demais gastos administrativos, que apresentaram incremento de R\$ 21,7 milhões. Por sua vez, os gastos com o benefício do seguro-desemprego passaram de R\$ 317,6 milhões, em fevereiro, para R\$ 330,8 milhões, em março.

Os subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 127,6 milhões, apresentando queda de R\$ 39,5 milhões em relação ao mês anterior. As despesas com subsídios no âmbito do Programa das Operações Oficiais de Crédito registraram decréscimo de R\$ 47,1 milhões, explicado pelos seguintes fatores: i) gastos com equalização de investimento rural e agroindustrial de R\$ 59,8 milhões, em fevereiro, sem contrapartida em março; e ii) aumento das receitas líquidas obtidas com a venda de produtos agrícolas – principalmente milho, arroz e algodão – em operações do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF). Observou-se, ademais, aumento de R\$ 46,0 milhões nos gastos com o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH).

## Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Constitucionais	4,03%	3,36%
Desoneração do ICMS	0,33%	0,41%
Demais	0,56%	0,77%
<b>Total</b>	<b>4,93%</b>	<b>4,54%</b>

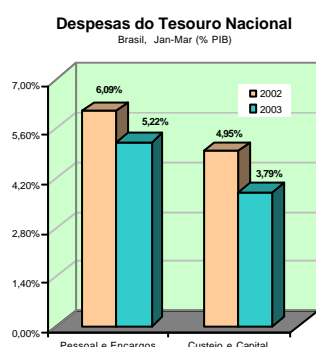
## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	Fev/2003	Mar/2003
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>5.942,4</b>	<b>5.629,1</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4.425,2</b>	<b>4.429,3</b>
Despesas do FAT	328,8	363,7
Subsídios e Subvenções	167,1	127,6
Outras	3.929,3	3.937,9
Transferência ao Bacen	74,4	39,1

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	Fev/2003	Mar/2003
<b>Agricultura</b>	<b>92,1</b>	<b>-3,4</b>
Custeio Agropecuário	28,0	25,1
Investimento Rural	59,8	0,0
Preços Agrícolas	-30,7	-54,3
- EGF	1,9	1,2
- AGF	-34,6	-55,4
- Sustentação de preços	2,0	0,0
Pronaf	33,0	26,1
Pesa	1,7	-0,3
Cacau	0,2	0,0
<b>Outros</b>	<b>17,8</b>	<b>66,1</b>
Exportação (Proex)	2,1	4,3
Habitação (PSH)	15,8	61,8
<b>Total</b>	<b>109,9</b>	<b>62,8</b>

As transferências de recursos para custeio de despesas administrativas do Banco Central (pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes), atingiram R\$ 39,1 milhões em março, contra R\$ 74,4 milhões em fevereiro.

### Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior



No primeiro trimestre, as despesas do Tesouro Nacional registraram decréscimo de 2,0 pontos percentuais do PIB, quando comparadas ao mesmo período de 2002. Esta redução se deveu a menores valores associados tanto aos gastos com pessoal e encargos sociais quanto às despesas de custeio e capital.

Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 1,1 bilhão na despesa com pessoal. Tal comportamento pode ser explicado, principalmente, pelo efeito financeiro dos reajustes concedidos aos servidores da União, no segundo semestre de 2002, nos termos da legislação vigente, como por exemplo: i) instituição de gratificações por desempenho; ii) reestruturação remuneratória de cargos e carreiras; iii) pagamento parcelado de passivos a servidores civis do Poder Executivo, referentes aos índices de 3,17%, 28,86% e adicional de tempo de serviço (anuênios); e iv) pagamento de precatórios e sentenças judiciais.

Por seu lado, os gastos do Tesouro Nacional com subsídios e subvenções econômicas foram superiores em R\$ 63,1 milhões nos três primeiros meses do ano, comparativamente à igual período de 2002. Tal comportamento é justificado, em parte, como decorrência dos seguintes eventos de despesas verificados em 2003, no âmbito das Operações Oficiais de Crédito, sem correspondência no primeiro trimestre de 2002: i) gastos no montante de R\$ 115,4 milhões com o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH); e ii) R\$ 64,7 milhões, com o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA).

Por fim, houve o recebimento líquido de R\$ 249,4 milhões relativos a operações de Aquisição de Governo Federal (AGF) no primeiro trimestre de 2003, resultado da venda de produtos agrícolas em vista do aumento de preços, ao passo que, em idêntico período de 2002, esses valores perfizeram apenas R\$ 43,4 milhões.

As demais despesas de custeio e capital atingiram o equivalente a 3,3% do PIB representando redução de 1,1 ponto percentual, quando comparado ao valor observado no primeiro trimestre de 2002. Em termos nominais, houve decréscimo de cerca de R\$ 816,1 milhões, ainda que sem prejuízo dos gastos com a Saúde. O decréscimo pode ser explicado pelo fato de que, em 2003, por razões peculiares da programação financeira dos órgãos gestores, não houve a utilização de todo os limites financeiros aprovados no Decreto nº 4.591/2003.

#### DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Mar (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>6,09%</b>	<b>5,22%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4,95%</b>	<b>3,79%</b>
Despesas do FAT	0,48%	0,35%
Subsídios e Subvenções	0,08%	0,11%
Outras	4,39%	3,3%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,03%</b>

#### OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Mar (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
<b>Agricultura</b>	<b>120,8</b>	<b>125,9</b>
Custeio Agropecuário	41,6	111,3
Investimento Rural	14,3	104,1
Preços Agrícolas	16,7	-239,1
- EGF	0,1	3,0
- AGF	-43,4	-249,4
- Sustentação de preços	60,0	7,2
Pronaf	48,2	84,9
Pesa	0,0	64,7
Cacau	0,0	0,2
<b>Outros</b>	<b>68,1</b>	<b>126,1</b>
Habitação (PSH)	0,0	115,4
Exportação (Proex)	68,1	10,7
<b>Total</b>	<b>188,9</b>	<b>252,0</b>



As transferências de recursos para custeio de despesas administrativas do Banco Central (pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes), perfizeram R\$ 114,5 milhões até março, sem contrapartida no ano anterior.

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 1,5 bilhão, valor 41,9% superior ao verificado em fevereiro. A tabela a seguir apresenta em detalhes a evolução das contas do RGPS.

## Previdência Social

**TABELA 2  
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
Brasil, 2002-2003**

DISCRIMINAÇÃO	Fev		Mar	
	2003	2003	2002	2003
<b>Arrecadação Líquida</b>	<b>6.111,5</b>	<b>5.712,2</b>	<b>15.495,3</b>	<b>17.285,0</b>
Arrecadação Bruta	6.501,4	6.159,7	16.913,2	18.918,9
- Contribuição Previdenciária	6.095,3	5.773,3	15.862,8	17.633,1
- Simples	221,9	222,1	635,3	767,6
- CDP	0,0	0,0	12,4	0,0
- CFT	50,6	34,6	86,5	85,1
- Depósitos Judiciais	106,0	102,1	179,2	321,4
- Refis	27,7	27,7	100,7	90,4
- Outras Receitas	0,0	0,0	36,4	21,2
(-) Restituição/Devolução	-29,7	-21,6	-55,0	-64,2
(-) Transferências a Terceiros	-360,2	-425,8	-1.362,9	-1.569,7
<b>Benefícios Previdenciários</b>	<b>7.166,6</b>	<b>7.209,7</b>	<b>18.729,2</b>	<b>21.577,6</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1.055,1</b>	<b>-1.497,5</b>	<b>-3.234,0</b>	<b>-4.292,6</b>
<b>Resultado Primário/PIB</b>			<b>-1,09%</b>	<b>-1,17%</b>

*Em março, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 1,5 bilhão. No ano, o déficit primário acumulado atingiu R\$ 4,3 bilhões, equivalentes a 1,17% do PIB.*

A arrecadação líquida atingiu o montante de R\$ 5,7 bilhões, apresentando uma redução de 6,5% em relação ao mês anterior. As despesas com benefícios previdenciários, comparativamente a fevereiro, permaneceram praticamente constantes (aumento de apenas 0,6%), totalizando R\$ 7,2 bilhões.

Ressalta-se que a principal causa para o fraco desempenho das receitas foi a queda da arrecadação proveniente das empresas em geral. Além disso, as transferências a terceiros apresentaram crescimento de 18,2% em relação ao mês de fevereiro, retornando ao seu nível habitual. Por fim, dentre as medidas de recuperação de crédito, a de repasse do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) apresentou diminuição de 31,7% no mês, correspondendo a R\$ 16,0 milhões.

No acumulado do ano, a arrecadação líquida do RGPS atingiu R\$ 17,3 bilhões contra R\$ 15,5 bilhões obtidos entre janeiro e março de 2002. Ainda assim, a arrecadação como proporção do PIB foi de 4,7 pontos percentuais no primeiro trimestre de 2003, apresentando redução de 0,5 ponto percentual quando comparada a igual período de 2002.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA  
Jan-Mar (% PIB)**

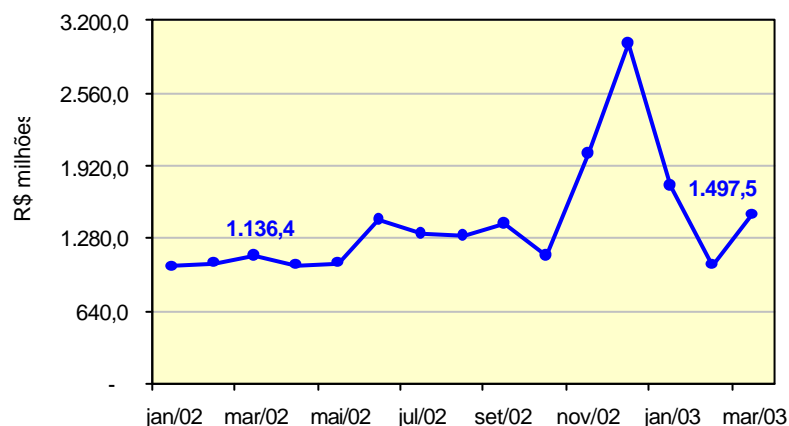
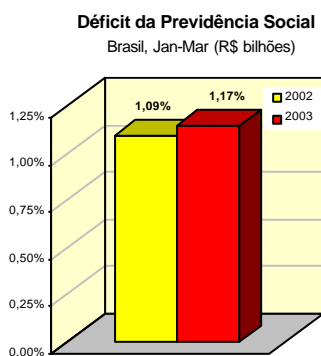
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Contribuição	5,24%	4,73%
Benefícios	6,33%	5,90%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,09%</b>	<b>-1,17%</b>

As despesas com benefícios atingiram R\$ 21,6 bilhões no trimestre, contra R\$ 18,7 bilhões observados até março de 2002. Esse comportamento pode ser explicado pelo aumento no número médio de benefícios pagos (um incremento de 924,3 mil em comparação a 2002), como também pelo aumento de 10,9% do valor médio desses benefícios, como reflexo do reajuste do salário mínimo e do aumento daqueles benefícios com valores acima do piso.

As emissões médias dos benefícios no primeiro trimestre de 2003, comparativamente ao mesmo período de 2002, tiveram os seguintes incrementos: i) 361,4 mil (3,2%) nas aposentadorias; ii) 225,8 mil (36,6%) nos auxílios-doença; iii) 150,0 mil (2,9%) nas pensões por morte; iv) 143,1 mil (6,8%) nos benefícios assistenciais; v) 27,3 mil (4,0%) nos benefícios acidentários; vi) 14,0 mil (11,7%) nos salários-maternidade; e vii) 2,7 mil (16,3%) nos demais benefícios.

Em relação ao déficit acumulado em 2003, observou-se acréscimo de R\$ 1,1 bilhão em relação a igual período de 2002, passando de R\$ 3,2 bilhões, em 2002, para R\$ 4,3 bilhões, em 2003, equivalentes a 1,09% do PIB e 1,17% do PIB, respectivamente. Note-se que o déficit no primeiro trimestre tende a ser menor que a média anual porque não inclui o pagamento do décimo-terceiro salário e dá-se nas vésperas do aumento do piso dos benefícios, em linha com o salário-mínimo.

### Déficit da Previdência Social Brasil, 2002/2003



## ***DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL***

No mês de março, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 336,9 bilhões, equivalentes a 24,2% do PIB acumulado nos últimos doze meses (tabela 3).

**TABELA 3**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002/2003**

	(R\$ milhões)		
	2002	2003	
	Mar	Fev	Mar
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>123.898</b>	<b>76.227</b>	<b>88.214</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	516.768	584.486	600.951
Dívida Contratual da STN	-300.759	-393.908	-395.971
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-92.110	-114.350	-116.766
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>169.429</b>	<b>264.538</b>	<b>248.698</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público	129.253	203.368	189.794
Títulos Depositados em Garantia	-3.581	-6.698	-6.157
Dívida Contratual	44.706	69.005	66.189
Disponibilidades	-949	-1.137	-1.127
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>293.327</b>	<b>340.765</b>	<b>336.913</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>24,1%</b>	<b>24,9%</b>	<b>24,2%</b>

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

*Em março, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 336,9 bilhões.*

Em relação a fevereiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público apresentou queda de R\$ 3,9 bilhões, equivalente a 0,7 ponto percentual do PIB. Tal comportamento é explicado pela redução de R\$ 15,8 bilhões da dívida externa líquida, devido à apreciação do real ante o dólar em cerca de 5,9%, e, em contrapartida, pelo incremento de R\$ 12,0 bilhões na dívida interna líquida.

O aumento da dívida interna líquida de R\$ 76,2 bilhões, em fevereiro, para R\$ 88,2 bilhões, em março, reflete:

- apropriação de juros da dívida mobiliária em poder do público, basicamente nos títulos indexados à taxa Selic;
- emissões líquidas de R\$ 6,0 bilhões ocorridas no mês de março; e
- aumento dos haveres contratuais do Tesouro Nacional e dos Fundos, Autarquias e Fundações no montante de R\$ 4,5 bilhões.

## ***Dívida Interna Líquida***

**TABELA 4**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002/2003**

	(R\$ milhões)		
	2002	2003	
	Mar	Fev	Mar
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>123.898</b>	<b>76.227</b>	<b>88.214</b>
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO</b>	<b>516.768</b>	<b>584.486</b>	<b>600.951</b>
LFT	260.294	381.234	396.819
LTN	56.897	12.721	15.576
NTN-C	30.923	50.031	51.907
NTN-D	50.922	50.151	45.974
Demais	94.459	66.853	65.464
Dívida Securitizada	21.027	21.509	23.230
TDA	2.245	1.987	1.981
<b>DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>-392.869</b>	<b>-508.258</b>	<b>-512.737</b>
<i>Tesouro Nacional</i>	-300.759	-393.908	-395.971
Dívida Bancária	25.361	25.297	25.362
Lei nº 7.976/89	-10.304	-13.070	-12.513
Lei nº 8.727/93	-45.299	-46.842	-47.050
Lei nº 9.496/97	-155.942	-198.010	-201.781
Renegociação Dívida Municipais	-20.830	-28.324	-28.855
Demais Haveres da STN	-93.745	-132.959	-131.134
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-92.110	-114.350	-116.766
FAT	-66.717	-82.492	-83.798
Demais Entidades	-25.393	-31.858	-32.968
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB</b>	<b>42,5%</b>	<b>42,8%</b>	<b>43,2%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB</b>	<b>-32,3%</b>	<b>-37,2%</b>	<b>-36,9%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-24,7%</b>	<b>-28,8%</b>	<b>-28,5%</b>
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>10,2%</b>	<b>5,6%</b>	<b>6,3%</b>

*Em março, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público totalizou R\$ 88,2 bilhões.*

## **Emissões e Resgates**

Em março, houve emissão líquida de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 6,0 bilhões, tendo as emissões correspondido a R\$ 31,6 bilhões e os resgates a R\$ 25,6 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 31,6 bilhões, sendo: i) R\$ 27,9 bilhões em LFT, com vencimentos em novembro de 2003 e fevereiro, maio, agosto, setembro e dezembro de 2004; ii) R\$ 2,6 bilhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2003; e iii) R\$ 979,5 milhões em NTN-C com vencimentos em abril de 2008, julho de 2017 e abril de 2021.

### **Boxe 1 – Tesouro Direto**

Do total de títulos emitidos, R\$ 11,8 bilhões correspondem à venda direta por meio da internet – Tesouro Direto. Desse montante, 37,6% referem-se à venda de títulos prefixados (LTN), 36,0% à venda de títulos indexados ao IGP-M (NTN-C) e o restante (26,4%) às LFT.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 55,6 milhões, das quais destacam-se: i) R\$ 37,1 milhões em CFT-E1 para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies); e ii) R\$ 8,0 milhões em NTN-I para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex). No mês foi resgatado R\$ 1,1 bilhão em títulos emitidos por meio de emissão direta.

Vale ressaltar que, no mês de março, o Tesouro Nacional intensificou os resultados positivos que já vinham sendo obtidos nos dois primeiros meses de 2003, destacando-se a venda de títulos prefixados (LTN) - cuja demanda vem superando as expectativas - e a sustentação da valorização das LFT pelo

mercado, com a aceitação de títulos de 21 meses e continuidade da queda dos prêmios destes títulos.

**TABELA 5**  
**EMISSIONES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA**  
**FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER**  
**DO PÚBLICO**  
**BRASIL, Mar/2003**

(R\$ milhões)

Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
<b>I. Emissões</b>	<b>31.557</b>	<b>56</b>	<b>31.612</b>
LFT	27.946	0	27.946
LTN	2.631	0	2.631
NTN-C	979	0	979
NTN-D	0	0	0
TDA	0	0	0
Securitizada**	0	0	0
Demais	0	56	56
<b>II. Resgates***</b>	<b>24.484</b>	<b>1.109</b>	<b>25.593</b>
LFT	23.502	0	23.502
LTN	1	0	1
NTN-C	360	0	360
NTN-D	621	0	621
TDA	0	20	20
Securitizada**	0	309	309
Demais	0	779	779
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>	<b>7.073</b>	<b>-1.053</b>	<b>6.020</b>

\* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta. Destaca-se também que estão incluídas as vendas por meio do Tesouro Direto.

\*\* Inclui dívida agrícola.

\*\*\* Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

O Tesouro Nacional realizou, em março, emissão líquida de títulos no valor de R\$ 6,0 bilhões.

#### Boxe 2 Emissão de NTN - C

Foi realizado, nos dias 27 e 28 de fevereiro, com liquidação financeira em 5 de março, leilão de NTN-C - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) com prazos de vencimento em 2008, 2017 e 2021. O volume financeiro total emitido foi de R\$ 975,2 milhões, sendo R\$ 576,7 milhões (59,1%) relativos aos títulos com vencimento em 2008, R\$ 209,7 milhões (21,5%) àqueles vencendo em 2017 e R\$ 188,8 milhões (19,4%) referentes aos títulos com vencimento em 2021.

Do valor arrecadado, a maior parte, 59,5%, correspondeu a recebimento em dinheiro. Para os três vencimentos foram aceitas LFT e para os títulos de 2008 foram também aceitos títulos da dívida securitizada e NTN-C. As taxas obtidas foram de 10,10%, 10,30% e 10,35% a.a., inferiores às taxas observadas no leilão anterior (10,50%, 10,52% e 10,59% a.a. para os vencimentos de 2008, 2017 e 2021, respectivamente).

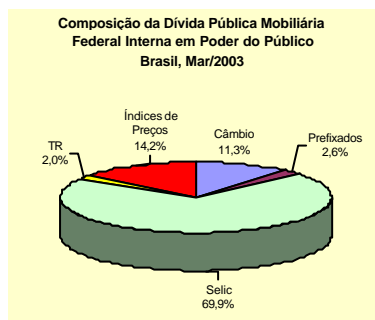
#### Boxe 3 – Novo Sistema de Dealers

No dia 20 de março, o Tesouro Nacional e o Banco Central anunciaram que estarão implantando, no segundo semestre deste ano, um sistema único de *dealers*, com administração conjunta das duas instituições, para auxiliar o gerenciamento da dívida pública e da política monetária conduzidas pelo Tesouro Nacional e Banco Central, respectivamente. As instituições credenciadas serão classificadas em dois grupos: (i) *dealers* primários – direcionados ao desenvolvimento dos mercados primários e de reservas bancárias; e (ii) *dealers* especialistas – voltados para o desenvolvimento da liquidez do mercado secundário.

O sistema de *dealers* é de extrema relevância para manter a eficiência do mercado secundário de títulos públicos, sendo também fundamental para a redução do custo de financiamento da dívida pública no longo prazo. Este novo sistema tem como principais objetivos: i) obter maior liquidez no mercado secundário; ii) elevar a competitividade no mercado de títulos públicos; iii) reduzir o custo de financiamento; iv) melhorar o perfil da dívida pública; e v) ampliar a disponibilidade de informações para o Tesouro Nacional e o Banco Central.

## Composição

Quanto à composição da DPMFi, observou-se: i) queda na participação de títulos indexados ao câmbio (1,25 ponto percentual) como resultado do resgate líquido de R\$ 620,9 milhões em NTN-D e da expressiva valorização cambial ocorrida no mês (5,9% a.m.); ii) aumento na participação dos títulos remunerados pela taxa Selic em 0,88 ponto percentual devido à emissão líquida de LFT no valor de R\$ 4,4 bilhões; e iii) incremento de 0,43 ponto percentual na participação dos títulos prefixados, tendo em vista a emissão líquida de R\$ 2,6 bilhões em LTN.



**TABELA 6**  
**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2002/2003** (%)

Indexador	2002		2003
	Mar	Fev	Mar
Selic	61,78	68,98	69,86
Câmbio	12,83	12,52	11,27
Prefixados	11,15	2,20	2,63
Índices de Preços	11,39	14,23	14,21
TR	2,84	2,07	2,02
Outros	0,01	0,01	0,01

\* Não inclui dívida agrícola.

## Custo Médio

*Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi total foi de 29,74% a.a. em março.*

Em março, o custo médio da DPMFi em poder do público decresceu consideravelmente, para 13,3% a.a. (27,3% a.a. em fevereiro), devido, principalmente, à apreciação cambial, refletindo-se na redução do custo da NTN-D, de 28,9% a.a., para -49,3% a.a., e à menor variação do IGP-M em relação ao mês anterior (1,5% em março, contra 2,3% em fevereiro), reduzindo o custo da NTN-C, de 47,7% a.a. para 36,7% a.a..

Excluindo-se os títulos cambiais, como pode ser observado na tabela 7 ao lado, o custo médio da DPMFi passou de 29,1% a.a., em fevereiro, para 29,7% a.a., em março.

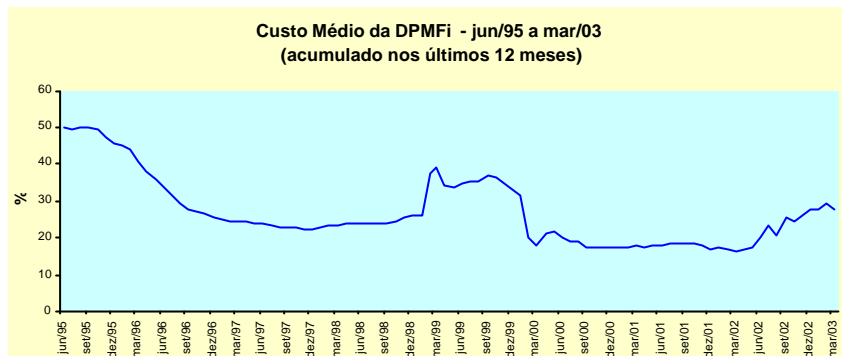
**TABELA 7**  
**CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2000/2003** (% anual)

Período	(% anual)	
	Total (1)	Total (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	Mar	15,23
	Abr	17,84
	Mai	18,39
	Jun	19,65
	Jul	19,64
	Ago	20,17
	Set	21,01
	Out	24,35
	Nov	31,73
	Dez	29,06
2002	21,00	27,62
2003	Jan	28,13
	Fev	29,11
	Mar	29,74
	2003	28,99

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio dos títulos emitidos por oferta pública, acumulado nos últimos doze meses, foi de 27,8% (vide gráfico abaixo). Acredita-se que essa medida reflita melhor o comportamento do custo médio da dívida, tendo em vista, principalmente, que a medida mensal é fortemente influenciada pelas variações dos diversos indicadores que remuneram os títulos públicos. Considerando a medida acumulada, observa-se que o movimento do custo ao longo do segundo semestre de 2002 foi fortemente influenciado pelo comportamento das taxas de câmbio e de inflação. Por outro lado, pode-se notar em março o início da reversão desse movimento em função da apreciação cambial e do arrefecimento da inflação.



Em março, o prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou ligeira redução de 0,7 mês (33,2 meses em março, contra 33,9 meses em fevereiro). Tal queda foi minimizada devido aos prazos médios de emissão de LTN e NTN-C (6,6 meses e 116,7 meses, respectivamente) terem sido superiores ao prazo médio do estoque desses títulos em fevereiro (1,6 mês e 67,7 meses).

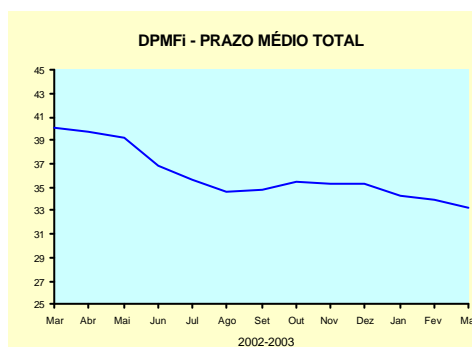
Cabe ressaltar que, diferentemente do ocorrido durante o quarto trimestre de 2002, os prazos médios de emissão dos títulos acima citados foram, ao longo do primeiro trimestre desse ano, sistematicamente superiores aos prazos médios de seus estoques.

### Prazo Médio

**TABELA 8  
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL  
EM PODER DO PÚBLICO  
BRASIL, 2002/2003**

Período	(meses)	
	Total	Of. Pub. (1)
<b>2002</b>		
Mar	40,01	28,79
Abr	39,76	28,41
Mai	39,16	27,76
Jun	36,76	24,00
Jul	35,60	22,83
Ago	34,57	21,28
Set	34,85	21,40
Out	35,53	22,43
Nov	35,39	22,68
<b>2003</b>		
Dez	35,32	23,05
Jan	34,21	22,09
Fev	33,91	22,07
Mar	33,21	21,94

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL  
EM PODER DO PÚBLICO  
BRASIL, 2002/2003**

Título	(meses)		
	2002 Mar	2002 Fev	2003 Mar
LTN	4,60	1,62	1,55
LFT	36,59	20,48	20,25
NTN-C	70,02	67,68	67,19
NTN-D	18,42	16,48	15,66
TDA	50,51	53,35	52,73
Dívida Securitizada*	61,43	59,74	59,18
Demais	107,72	117,61	117,35
<b>Total</b>	<b>40,01</b>	<b>33,91</b>	<b>33,21</b>

(\*) Inclui dívida agrícola.

O estoque da Dívida Pública Federal Externa (DPFe), em moeda nacional, sofreu redução de 6,0% em março, ainda que, medido em dólares este estoque tenha permanecido estável. O principal determinante da redução do valor em moeda nacional foi a significativa depreciação do dólar frente ao real, ocorrida nesse mês.

### Dívida Externa Líquida

*Em março, o saldo da dívida externa líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 248,7 bilhões.*

**TABELA 9**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002/2003**

(R\$ milhões)

	2002	2003	
	Mar	Fev	Mar
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>129.252,8</b>	<b>203.367,9</b>	<b>189.793,7</b>
Bônus de Renegociação	44.878,3	65.972,0	62.030,1
Bônus de Captação	84.374,4	137.395,8	127.763,5
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>44.706,1</b>	<b>69.004,9</b>	<b>66.188,9</b>
Organismos Multilaterais	23.236,3	38.547,5	36.015,0
Bancos Privados/Ag. Governamentais	7.889,9	12.080,8	11.364,0
Clube de Paris	13.579,8	18.376,7	18.809,8
<b>DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)</b>	<b>173.958,8</b>	<b>272.372,8</b>	<b>255.982,6</b>
<b>III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.580,7</b>	<b>-6.697,7</b>	<b>-6.156,8</b>
<b>IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-949,4</b>	<b>-1.137,1</b>	<b>-1.127,4</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)</b>	<b>169.428,8</b>	<b>264.538,0</b>	<b>248.698,4</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>13,9%</b>	<b>19,4%</b>	<b>17,9%</b>

O serviço da dívida externa (mobiliária e contratual), em março, totalizou R\$ 3,3 bilhões, dos quais R\$ 873,3 milhões referem-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 2,5 bilhões ao pagamento de principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 2,0 bilhões) referiu-se aos pagamentos de principal da dívida mobiliária externa.

*As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 3,3 bilhões no mês de março.*

**TABELA 10**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)**  
**BRASIL, Mar/2003**

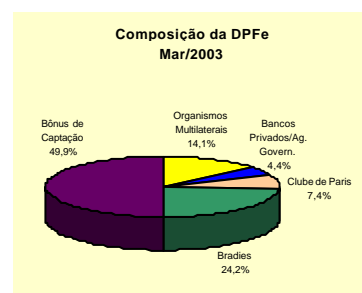
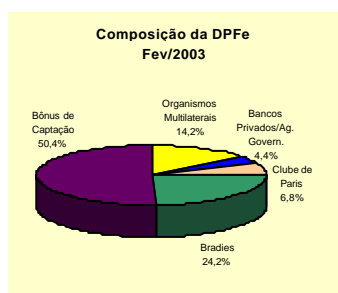
(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
<b>I. Encargos Totais</b>	<b>2.464,1</b>	<b>873,3</b>	<b>3.337,4</b>
I.1. Organismos Multilaterais	339,6	104,5	444,1
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	131,3	42,4	173,7
I.3. Clube de Paris	0,0	20,2	20,2
I.4. Dívida Mobiliária	1.993,3	706,3	2.699,5

## **Composição, Prazo e Custo Médios**

Em março, não ocorreram alterações significativas na composição do estoque da DPFe, no prazo e no custo médios da dívida mobiliária. Esse comportamento deveu-se à pouca expressividade dos resgates e à ausência de novas emissões no mercado internacional ou cancelamentos de títulos.

*A participação dos Bônus de Captação no total dos títulos da Dívida Pública Federal Externa foi de 49,9%, em março.*





**TABELA 11**  
**CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**  
**MOBILIÁRIA EXTERNA**  
**BRASIL, 2002/2003**

Título	2002		2003
	Mar	Fev	Mar
<b>Prazo Médio (anos)</b>	<b>6,43</b>	<b>5,89</b>	<b>5,88</b>
Bônus de Renegociação	6,24	5,89	5,82
Bônus de Captação	6,53	5,87	5,91
Globais	7,84	7,19	7,17
Euros	3,75	3,36	3,57
Demais	2,60	2,23	2,20
<b>Custo Médio (% a.a.) *</b>	<b>8,48</b>	<b>8,54</b>	<b>8,55</b>
Bônus de Renegociação	5,19	4,93	4,93
Bônus de Captação	10,23	10,27	10,30
Globais	11,13	11,16	11,16
Euros	9,94	10,11	10,28
Demais	5,08	4,96	4,97

\* Custo Médio em dólares.

*A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,55% a.a. e prazo médio de 5,88 anos, em março.*

## **Anexos**

---

### ***Tabelas do Resultado Fiscal***

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

### ***Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

**Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal

**Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### ***Boletins de Transferências para Estados e Municípios***

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Mar/2002	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2003
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>23.412,9</b>	<b>26.813,8</b>	<b>24.910,7</b>	<b>22.334,0</b>	<b>27.139,0</b>	<b>24.132,8</b>	<b>29.023,8</b>	<b>29.967,2</b>	<b>26.978,0</b>	<b>33.941,0</b>	<b>32.442,6</b>	<b>27.724,3</b>	<b>26.235,8</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>18.232,7</b>	<b>21.442,5</b>	<b>19.374,0</b>	<b>17.044,8</b>	<b>21.362,5</b>	<b>18.326,7</b>	<b>23.267,4</b>	<b>23.875,9</b>	<b>21.146,5</b>	<b>23.867,6</b>	<b>26.981,2</b>	<b>21.612,8</b>	<b>20.523,6</b>
I.1.1 Receita Bruta	18.437,5	21.635,6	19.618,8	18.176,4	22.537,7	19.749,2	24.010,9	24.829,3	22.065,1	24.959,7	27.363,9	21.897,1	20.804,6
- Impostos	8.687,4	10.152,5	8.890,9	8.301,9	9.870,7	8.201,8	11.280,2	11.059,2	9.442,5	11.290,3	11.453,2	9.848,8	9.165,5
- Contribuições	8.228,1	8.622,2	8.748,6	8.556,4	10.152,0	9.972,0	10.634,8	11.093,4	10.891,8	10.775,5	12.370,0	9.961,3	10.076,9
- Demais	1.522,0	2.860,8	1.979,3	1.318,1	2.515,0	1.575,4	2.095,9	2.676,8	1.730,7	2.893,9	3.540,6	2.087,1	1.562,2
I.1.2. (-) Restituições	-204,8	-193,1	-244,7	-1.131,6	-1.175,3	-1.422,5	-743,5	-953,5	-768,6	-1.092,1	-382,7	-284,3	-281,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>5.180,2</b>	<b>5.371,3</b>	<b>5.536,6</b>	<b>5.289,2</b>	<b>5.776,5</b>	<b>5.806,0</b>	<b>5.756,4</b>	<b>6.091,4</b>	<b>5.831,6</b>	<b>10.073,3</b>	<b>5.461,4</b>	<b>6.111,5</b>	<b>5.712,2</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>4.329,5</b>	<b>4.282,1</b>	<b>5.343,5</b>	<b>3.676,3</b>	<b>4.245,1</b>	<b>4.183,2</b>	<b>4.413,3</b>	<b>5.273,2</b>	<b>5.406,5</b>	<b>4.742,2</b>	<b>5.704,3</b>	<b>6.144,8</b>	<b>4.769,7</b>
II.1. Transferências Constitucionais	3.487,0	3.669,5	4.171,2	2.972,6	3.241,0	3.080,7	3.385,4	4.419,3	3.897,9	3.824,7	4.144,0	4.353,9	3.785,5
II.2. Lei Complementar 87/96	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9
II.3. Demais	513,1	283,2	842,9	374,3	674,7	773,0	698,4	524,5	1.179,3	588,1	927,2	1.183,3	718,2
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)</b>	<b>19.083,4</b>	<b>22.531,8</b>	<b>19.567,2</b>	<b>18.657,7</b>	<b>22.893,9</b>	<b>19.949,6</b>	<b>24.610,5</b>	<b>24.694,1</b>	<b>21.571,5</b>	<b>29.198,8</b>	<b>26.738,3</b>	<b>21.579,6</b>	<b>21.466,2</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>17.027,7</b>	<b>16.754,6</b>	<b>17.711,1</b>	<b>16.824,6</b>	<b>20.929,5</b>	<b>18.561,8</b>	<b>17.598,2</b>	<b>20.853,1</b>	<b>20.540,4</b>	<b>32.301,8</b>	<b>19.705,2</b>	<b>17.608,7</b>	<b>17.307,2</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>5.281,0</b>	<b>5.359,4</b>	<b>5.288,5</b>	<b>5.923,1</b>	<b>7.046,9</b>	<b>5.543,6</b>	<b>5.248,9</b>	<b>5.684,4</b>	<b>6.411,4</b>	<b>8.790,1</b>	<b>7.514,5</b>	<b>5.942,4</b>	<b>5.629,1</b>
IV.1.1. INSS	293,1	305,0	292,4	327,3	422,1	298,6	287,7	294,6	317,0	425,2	452,8	603,8	307,6
IV.1.2. Demais	4.987,9	5.054,4	4.996,1	5.595,9	6.624,8	5.245,0	4.961,3	5.389,7	6.094,3	8.364,8	7.061,7	5.338,6	5.321,5
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>6.316,7</b>	<b>6.413,8</b>	<b>6.608,6</b>	<b>6.733,9</b>	<b>7.091,5</b>	<b>7.117,2</b>	<b>7.167,1</b>	<b>7.230,0</b>	<b>7.864,5</b>	<b>13.070,8</b>	<b>7.201,3</b>	<b>7.166,6</b>	<b>7.209,7</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>5.430,0</b>	<b>4.981,3</b>	<b>5.814,0</b>	<b>4.167,6</b>	<b>6.791,1</b>	<b>5.901,0</b>	<b>5.182,2</b>	<b>7.938,7</b>	<b>6.264,5</b>	<b>10.440,9</b>	<b>4.988,5</b>	<b>4.425,2</b>	<b>4.429,3</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	467,2	434,6	788,9	94,2	1.227,3	879,9	795,4	930,3	616,1	721,9	569,1	328,8	363,7
- Abono e Seguro Desemprego	370,7	361,6	735,3	60,9	1.195,3	821,2	747,3	829,8	429,8	615,2	539,0	317,6	330,8
- Demais Despesas do FAT	96,6	73,0	53,7	33,2	32,0	58,7	48,1	100,5	186,3	106,8	30,1	11,2	32,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	96,9	131,9	142,8	-34,5	81,1	171,3	-55,4	1.472,7	1,7	204,4	116,3	167,1	127,6
- Operações Oficiais de Crédito	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	79,4	109,9	62,8
- Subvenções aos Fundos Regionais	2,3	64,5	63,7	-68,7	12,2	57,0	0,1	56,7	60,1	-21,2	36,9	57,2	64,9
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.865,9	4.414,8	4.882,3	4.107,9	5.482,7	4.849,8	4.442,2	5.535,7	5.646,6	9.514,6	4.303,1	3.929,3	3.937,9
<b>IV.4. Transferência ao Banco Central</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,9</b>	<b>74,4</b>	<b>39,1</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>2.055,7</b>	<b>5.777,2</b>	<b>1.856,1</b>	<b>1.833,1</b>	<b>1.964,4</b>	<b>1.387,8</b>	<b>7.012,3</b>	<b>3.841,0</b>	<b>1.031,2</b>	<b>-3.103,1</b>	<b>7.033,1</b>	<b>3.970,9</b>	<b>4.159,0</b>
V.1. Tesouro Nacional	3.192,2	6.819,7	2.928,1	3.277,8	3.279,4	2.699,0	8.423,0	4.979,6	3.064,1	-105,6	8.773,0	5.026,0	5.656,4
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.136,4	-1.042,5	-1.072,0	-1.444,7	-1.315,0	-1.311,1	-1.410,8	-1.138,6	-2.032,9	-2.997,5	-1.740,0	-1.055,1	-1.497,5
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>-57,8</b>	<b>-56,6</b>	<b>-43,8</b>	<b>-70,7</b>	<b>-60,0</b>	<b>-77,5</b>	<b>-86,8</b>	<b>-58,2</b>	<b>-48,0</b>	<b>-142,0</b>	<b>-38,0</b>	<b>23,8</b>	<b>-13,6</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>1.998,0</b>	<b>5.720,6</b>	<b>1.812,3</b>	<b>1.762,4</b>	<b>1.904,5</b>	<b>1.310,4</b>	<b>6.925,4</b>	<b>3.782,8</b>	<b>983,2</b>	<b>-3.245,1</b>	<b>6.995,0</b>	<b>3.994,7</b>	<b>4.145,4</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>316,3</b>	<b>11,9</b>	<b>35,8</b>	<b>19,1</b>	<b>185,1</b>	<b>107,5</b>	<b>-881,6</b>	<b>530,1</b>	<b>577,4</b>	<b>-1.121,1</b>	<b>-276,8</b>	<b>612,5</b>	<b>nd</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>2.314,2</b>	<b>5.732,5</b>	<b>1.848,0</b>	<b>1.781,5</b>	<b>2.089,6</b>	<b>1.417,9</b>	<b>6.043,8</b>	<b>4.312,9</b>	<b>1.560,5</b>	<b>-4.366,1</b>	<b>6.718,2</b>	<b>4.607,2</b>	<b>nd</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS (3)</b>	<b>-3.200,2</b>	<b>-8.338,9</b>	<b>-15.995,2</b>	<b>-23.076,4</b>	<b>-28.470,0</b>	<b>12.383,6</b>	<b>-40.920,9</b>	<b>565,3</b>	<b>-499,5</b>	<b>2.139,2</b>	<b>-11.083,9</b>	<b>-8.783,8</b>	<b>nd</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>-886,0</b>	<b>-2.606,4</b>	<b>-14.147,2</b>	<b>-21.294,9</b>	<b>-26.380,4</b>	<b>13.801,5</b>	<b>-34.877,0</b>	<b>4.878,2</b>	<b>1.061,1</b>	<b>-2.226,9</b>	<b>-4.365,6</b>	<b>-4.176,6</b>	<b>nd</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

**TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (\*)**

R\$ milhões

	Mar/2002	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2003
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>23.966,3</b>	<b>25.079,8</b>	<b>27.388,7</b>	<b>22.621,9</b>	<b>25.244,1</b>	<b>27.311,1</b>	<b>27.193,5</b>	<b>33.751,5</b>	<b>30.054,7</b>	<b>37.468,8</b>	<b>26.460,3</b>	<b>30.577,3</b>	<b>28.028,2</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	17.213,7	17.988,9	20.507,2	15.759,7	17.971,3	20.104,4	19.689,9	24.524,9	22.292,0	25.397,7	19.234,3	22.754,9	20.630,8
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	906,7	1.183,4	790,4	911,5	676,4	738,1	738,6	1.775,7	916,0	1.131,7	663,4	1.038,2	1.015,1
I.4 - Receita das Operações de Crédito	156,5	83,9	117,4	111,0	239,0	139,4	185,9	282,3	286,4	-110,1	309,7	76,4	109,7
I.5 - Receita do Salário Educação	119,6	124,6	125,7	129,7	130,7	159,9	137,7	148,0	155,1	157,4	245,4	121,5	139,6
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	5.564,7	5.695,6	5.844,9	5.707,4	6.224,3	6.167,0	6.439,1	7.016,9	6.551,7	10.889,6	6.004,8	6.583,2	6.129,6
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	5,3	3,3	3,0	2,6	2,4	2,3	2,3	3,6	3,5	2,5	2,7	3,2	3,3
<b>II. DESPESAS</b>	<b>23.204,0</b>	<b>26.267,7</b>	<b>24.156,5</b>	<b>26.686,6</b>	<b>25.320,7</b>	<b>28.930,8</b>	<b>26.459,9</b>	<b>33.935,4</b>	<b>31.130,5</b>	<b>40.427,0</b>	<b>24.794,9</b>	<b>29.770,1</b>	<b>25.634,1</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>4.847,4</b>	<b>5.038,3</b>	<b>5.938,3</b>	<b>4.498,2</b>	<b>4.898,4</b>	<b>5.540,3</b>	<b>5.214,3</b>	<b>5.615,6</b>	<b>6.262,4</b>	<b>5.726,0</b>	<b>6.856,8</b>	<b>6.971,7</b>	<b>5.702,0</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.715,7	3.882,0	4.471,2	3.165,2	3.451,6	3.280,2	3.605,7	4.709,5	4.152,4	3.980,8	4.508,8	4.639,9	4.033,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	174,6	171,5	457,3	250,1	242,1	605,9	363,5	356,1	802,4	350,8	419,0	674,4	372,7
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9
II.1.4 - Outras Vinculações	627,8	655,5	680,4	753,5	875,4	1.324,8	915,7	220,7	978,2	1.065,0	1.296,0	1.049,8	1.029,8
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>18.356,6</b>	<b>21.229,4</b>	<b>18.218,2</b>	<b>22.188,4</b>	<b>20.422,3</b>	<b>23.390,6</b>	<b>21.245,6</b>	<b>28.319,8</b>	<b>24.868,1</b>	<b>34.701,0</b>	<b>17.938,1</b>	<b>22.798,3</b>	<b>19.932,1</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.390,9	5.217,0	5.258,7	7.457,7	5.352,9	5.505,8	5.290,4	5.546,6	8.349,8	7.136,5	6.806,4	6.047,4	5.806,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	682,0	2.676,4	758,8	940,4	1.804,2	1.317,5	1.161,5	6.205,7	520,1	726,1	2.113,8	2.875,5	2.671,2
i) Dívida Contratual Interna	100,7	111,5	449,1	105,2	97,6	90,1	115,8	798,0	73,5	122,0	119,3	110,4	2.104,5
ii) Dívida Contratual Externa	581,4	2.564,9	309,7	835,2	1.706,6	1.227,3	1.045,6	5.407,8	446,6	604,1	1.994,5	2.765,1	566,7
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.751,7	3.043,1	1.195,0	2.466,7	1.638,0	1.507,1	3.102,4	2.623,4	2.766,0	2.165,0	933,8	1.884,7	786,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	5.977,3	6.550,3	6.854,9	6.613,2	6.864,5	8.714,3	6.188,5	6.885,1	7.968,9	15.207,5	4.841,9	7.955,1	6.647,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	4.281,5	3.554,2	3.922,7	4.567,2	4.437,4	6.051,5	5.368,3	6.321,4	5.014,6	8.683,3	3.011,1	3.843,7	3.923,2
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	273,2	188,4	228,2	143,1	325,3	294,4	134,6	737,6	248,7	782,5	231,2	192,0	97,2
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>762,3</b>	<b>-1.187,9</b>	<b>3.232,2</b>	<b>-4.064,7</b>	<b>-76,6</b>	<b>-1.619,7</b>	<b>733,6</b>	<b>-184,0</b>	<b>-1.075,8</b>	<b>-2.958,2</b>	<b>1.665,4</b>	<b>807,2</b>	<b>2.394,0</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>16.359,1</b>	<b>22.684,1</b>	<b>11.892,7</b>	<b>7.044,0</b>	<b>25.584,9</b>	<b>9.433,4</b>	<b>4.149,4</b>	<b>11.012,4</b>	<b>35.037,7</b>	<b>36.723,8</b>	<b>16.269,0</b>	<b>25.919,2</b>	<b>31.734,4</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	15.769,5	22.129,2	11.364,9	6.448,7	22.521,5	7.398,8	3.776,0	10.222,2	34.321,7	35.116,0	15.425,0	25.077,9	31.195,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	589,6	554,8	527,8	595,2	3.063,5	2.034,6	373,5	790,1	716,0	1.607,8	844,0	841,3	538,9
<b>V. DESPESAS</b>	<b>15.676,5</b>	<b>19.695,7</b>	<b>5.855,9</b>	<b>18.295,1</b>	<b>10.345,3</b>	<b>10.869,9</b>	<b>14.717,5</b>	<b>31.814,5</b>	<b>34.760,9</b>	<b>24.406,4</b>	<b>8.056,9</b>	<b>28.215,3</b>	<b>25.225,2</b>
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	15.365,1	18.941,2	4.597,6	16.418,1	7.665,6	9.796,0	14.134,6	27.964,8	33.742,2	21.326,1	7.179,4	25.699,5	24.558,0
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	311,4	754,5	1.258,3	1.877,0	2.679,8	1.073,8	582,9	3.849,8	1.018,7	3.080,2	877,5	2.515,8	667,2
V.2.1 - Dívida Interna	92,1	93,1	-82,4	105,4	89,0	82,4	102,4	1.519,5	58,9	121,7	104,2	96,6	93,7
V.2.2 - Dívida Externa	219,3	661,5	1.340,6	1.771,5	2.590,8	991,4	480,5	2.330,3	959,7	2.958,5	773,2	2.419,1	573,5
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>404,4</b>	<b>3.188,1</b>	<b>6.767,2</b>	<b>-9.969,4</b>	<b>14.855,9</b>	<b>-2.397,2</b>	<b>-10.358,6</b>	<b>-17.742,6</b>	<b>579,5</b>	<b>13.789,9</b>	<b>8.245,6</b>	<b>-621,6</b>	<b>6.637,5</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>855,7</b>	<b>-3.352,3</b>	<b>5.679,1</b>	<b>8.687,0</b>	<b>3.163,4</b>	<b>4.970,2</b>	<b>4.227,3</b>	<b>4.872,3</b>	<b>-3.592,1</b>	<b>-12.069,2</b>	<b>-1.357,7</b>	<b>3.238,6</b>	<b>-772,4</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>2.300,7</b>	<b>-1.551,8</b>	<b>14.948,1</b>	<b>-6.628,8</b>	<b>18.326,4</b>	<b>1.914,0</b>	<b>-5.607,2</b>	<b>-16.113,8</b>	<b>-4.391,1</b>	<b>-2.709,9</b>	<b>8.519,8</b>	<b>1.749,8</b>	<b>8.130,8</b>

(\*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/I R\$ milhões

R\$ milhões

	Mar/2002	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2003
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>1.685,9</b>	<b>6.128,2</b>	<b>6.117,9</b>	<b>9.811,3</b>	<b>10.946,5</b>	<b>8.850,3</b>	<b>21.133,5</b>	<b>13.264,3</b>	<b>12.123,0</b>	<b>1.359,2</b>	<b>12.234,7</b>	<b>7.122,6</b>	<b>3.864,9</b>
I.1. Emissão de Títulos	1.252,4	4.811,0	2.278,9	2.767,3	8.088,4	2.911,8	14.110,9	7.843,4	14.503,7	0,0	11.314,9	3.951,5	3.779,8
I.2. Remuneração das Disponibilidades	414,2	1.258,3	3.650,0	6.702,2	2.753,1	5.733,8	6.700,3	5.131,6	-2.287,3	1.189,3	943,5	2.958,3	84,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	19,3	58,9	189,0	341,8	105,1	204,7	322,3	289,3	-93,4	170,0	-23,7	212,8	0,7
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>830,2</b>	<b>9.480,5</b>	<b>438,8</b>	<b>1.124,2</b>	<b>7.783,2</b>	<b>3.880,1</b>	<b>16.906,2</b>	<b>8.392,0</b>	<b>15.715,1</b>	<b>13.428,5</b>	<b>13.592,4</b>	<b>3.883,9</b>	<b>4.637,3</b>
II.1. Resgate de Títulos	729,5	8.247,8	7,8	11,8	6.047,7	3.307,7	15.646,1	7.718,5	14.485,0	12.305,4	12.325,5	3.690,3	3.329,0
II.2. Encargos da DPMF	100,7	1.232,7	431,1	1.112,4	1.735,5	572,4	1.260,1	673,5	1.230,0	1.123,1	1.266,9	193,7	1.308,3
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>855,7</b>	<b>-3.352,3</b>	<b>5.679,1</b>	<b>8.687,0</b>	<b>3.163,4</b>	<b>4.970,2</b>	<b>4.227,3</b>	<b>4.872,3</b>	<b>-3.592,1</b>	<b>-12.069,2</b>	<b>-1.357,7</b>	<b>3.238,6</b>	<b>-772,4</b>

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Mar/2002	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2003
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	17,6	20,2	18,9	19,1	18,1	17,5	0,7	38,4	12,0	0,0	58,1	28,0	25,1
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	12,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	73,6	0,0	59,6	44,3	59,8	0,0
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	9,0	7,5	-2,4	-11,1	10,2	-22,5	-69,0	-159,0	-175,9	-38,5	-154,2	-30,7	-54,3
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,1	0,2	0,3	0,8	1,9	0,0	3,8	0,0	6,3	0,0	1,9	1,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-8,9	7,3	-10,1	-13,5	-7,6	-24,4	-74,0	-163,8	-195,8	-49,9	-159,4	-34,6	-55,4
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	17,8	0,1	7,6	2,1	17,0	0,0	5,0	1,0	20,0	5,1	5,2	2,0	0,0
<b>IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF</b>	22,4	24,5	24,3	26,1	38,6	50,4	4,5	208,8	26,0	145,1	25,7	33,0	26,1
<b>V. EQUALIZAÇÃO PROEX</b>	33,4	15,2	38,3	0,2	2,0	68,9	7,0	170,7	39,4	55,3	4,3	2,1	4,3
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	63,3	1,7	-0,3
<b>VII. CACAU</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	11,3	40,0	4,1	37,8	15,8	61,8
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.072,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>X. TOTAL</b>	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	79,4	109,9	62,8

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

R\$ milhões

	Mar/2002	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2003
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>123.898,3</b>	<b>133.420,4</b>	<b>138.380,5</b>	<b>135.042,0</b>	<b>141.711,0</b>	<b>122.082,1</b>	<b>111.107,1</b>	<b>92.673,0</b>	<b>87.865,7</b>	<b>69.689,8</b>	<b>72.431,9</b>	<b>76.227,2</b>	<b>88.214,3</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	516.767,6	531.132,8	538.399,8	544.610,9	575.976,6	554.480,1	567.886,3	555.039,5	562.713,0	557.205,4	575.019,4	584.485,6	600.951,0
Dívida Bancária	25.361,1	25.382,6	25.414,3	25.423,8	25.080,8	25.111,7	25.112,8	25.076,6	25.146,3	25.206,0	25.226,3	25.297,0	25.361,8
INSS	-11.319,2	-11.331,6	-11.410,9	-11.537,6	-11.738,4	-11.979,0	-12.261,7	-12.585,9	-13.115,8	-13.881,8	-14.256,6	-14.565,9	-14.797,5
Lei 7.976/89	-10.303,9	-10.361,7	-10.810,1	-11.573,9	-13.192,8	-12.243,0	-14.882,0	-14.143,2	-13.749,4	-13.185,4	-13.107,0	-13.069,9	-12.513,0
Bônus Renegociação	-18.310,5	-18.477,7	-19.773,4	-22.204,5	-26.765,6	-23.595,8	-30.219,9	-28.158,7	-27.989,6	-24.939,6	-25.158,6	-25.368,0	-23.860,1
Lei 8.727/93	-45.299,3	-45.332,0	-45.386,4	-45.417,7	-45.550,1	-45.686,0	-45.775,9	-45.753,2	-46.044,2	-46.384,8	-46.602,5	-46.842,2	-47.050,1
Lei 9.496/97	-155.941,8	-155.874,4	-157.271,1	-159.601,2	-162.048,3	-163.963,6	-168.338,7	-173.562,5	-179.532,2	-190.405,9	-194.297,2	-198.010,5	-201.781,0
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-20.829,8	-20.847,1	-21.032,6	-21.276,3	-21.569,6	-22.077,8	-22.765,3	-23.262,0	-24.207,7	-27.033,5	-27.647,2	-28.323,9	-28.854,7
Recebíveis das Estatais	-18.289,1	-19.454,4	-19.940,5	-20.896,4	-22.410,0	-24.205,1	-26.311,0	-27.909,4	-29.039,4	-30.726,9	-30.578,1	-31.130,5	-31.487,0
Outros	-30.175,4	-30.187,9	-30.173,1	-30.505,8	-37.194,7	-37.548,7	-38.043,7	-38.429,5	-38.843,1	-40.341,3	-42.235,8	-42.400,9	-42.841,8
Fat	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2
Demais Entidades	-25.392,9	-26.070,3	-26.676,8	-27.118,8	-27.463,3	-28.158,0	-28.419,2	-30.003,6	-30.274,3	-31.113,9	-31.274,4	-31.858,4	-32.967,8
Créditos das Operações Oficiais	-11.063,5	-11.204,1	-11.703,0	-12.663,6	-14.233,1	-12.870,0	-15.350,2	-14.601,7	-14.455,1	-14.738,5	-14.192,4	-14.249,1	-13.474,5
Arrecadação a Recolher	-4.587,8	-6.977,2	-3.581,2	-4.115,5	-6.576,0	-3.860,2	-6.579,0	-5.520,8	-3.993,4	-776,0	-7.038,6	-5.244,5	-4.672,7
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>169.428,8</b>	<b>174.919,7</b>	<b>187.603,8</b>	<b>212.765,4</b>	<b>256.908,5</b>	<b>225.519,1</b>	<b>287.814,1</b>	<b>267.911,0</b>	<b>270.128,2</b>	<b>262.688,9</b>	<b>262.654,1</b>	<b>264.538,0</b>	<b>248.698,4</b>
Dívida Mobiliária	129.252,8	134.051,0	143.612,1	163.790,8	194.479,2	171.605,4	220.897,7	205.338,3	204.856,1	200.667,7	200.986,8	203.367,9	189.793,7
Títulos Depositados em Garantias	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8
Dívida Contratual	44.706,1	45.615,0	49.003,9	54.544,8	69.155,8	60.380,5	75.150,2	70.041,2	72.834,3	69.554,3	69.171,0	69.004,9	66.188,9
Disponibilidades	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>293.327,1</b>	<b>308.340,1</b>	<b>325.984,4</b>	<b>347.807,4</b>	<b>398.619,5</b>	<b>347.601,1</b>	<b>398.921,3</b>	<b>360.584,0</b>	<b>357.993,9</b>	<b>332.378,7</b>	<b>335.086,0</b>	<b>340.765,2</b>	<b>336.912,7</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>24,1%</b>	<b>25,2%</b>	<b>26,5%</b>	<b>28,0%</b>	<b>31,7%</b>	<b>27,4%</b>	<b>31,2%</b>	<b>27,9%</b>	<b>27,4%</b>	<b>25,2%</b>	<b>24,9%</b>	<b>24,9%</b>	<b>24,2%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Mar/2002	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2003
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>129.252,8</b>	<b>134.051,0</b>	<b>143.612,1</b>	<b>163.790,8</b>	<b>194.479,2</b>	<b>171.605,4</b>	<b>220.897,7</b>	<b>205.338,3</b>	<b>204.856,1</b>	<b>200.667,7</b>	<b>200.986,8</b>	<b>203.367,9</b>	<b>189.793,7</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>44.878,3</b>	<b>44.729,7</b>	<b>47.750,1</b>	<b>53.853,7</b>	<b>64.912,6</b>	<b>57.221,9</b>	<b>73.682,7</b>	<b>67.564,3</b>	<b>67.329,2</b>	<b>65.418,4</b>	<b>65.279,6</b>	<b>65.972,0</b>	<b>62.030,1</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	827,5	841,4	898,2	1.013,0	1.221,0	1.076,4	1.326,8	1.241,7	1.238,8	1.203,7	1.201,1	1.213,8	1.090,3
Par Bond (PB)	4.771,4	4.782,8	5.105,7	5.758,4	6.940,9	6.118,6	7.885,1	7.267,2	7.230,6	7.025,4	7.010,5	7.084,9	6.667,1
Discount Bond (DB)	5.067,8	5.152,7	5.500,6	6.203,7	7.477,7	6.591,7	8.494,9	7.949,9	7.931,3	7.706,2	7.689,9	7.771,4	7.313,2
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.410,6	1.434,2	1.531,0	1.726,8	2.081,3	1.834,8	2.364,5	2.212,8	2.207,6	2.145,0	2.140,4	2.163,1	2.035,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	15.195,4	15.449,8	16.492,9	18.601,3	22.421,1	19.764,7	25.471,1	23.836,9	23.781,3	23.106,4	23.057,4	23.301,9	21.928,0
Debt Conversion Bond (DCB)	8.816,1	8.961,2	9.566,7	10.789,1	13.004,6	11.463,8	14.773,7	13.825,8	13.735,6	13.345,8	13.317,5	13.458,8	12.665,2
New Money Bond (NMB)	3.630,5	3.445,2	3.677,8	4.147,9	4.999,7	4.407,3	5.679,8	4.935,7	4.924,2	4.784,4	4.774,3	4.824,9	4.540,4
Eligible Interest (EI)	5.158,9	4.662,5	4.977,3	5.613,5	6.766,3	5.964,6	7.686,7	6.294,4	6.279,7	6.101,5	6.088,5	6.153,1	5.790,3
<b>I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO</b>	<b>84.374,4</b>	<b>89.321,3</b>	<b>95.862,0</b>	<b>109.937,1</b>	<b>129.566,6</b>	<b>114.383,5</b>	<b>147.215,0</b>	<b>137.774,0</b>	<b>137.526,9</b>	<b>135.249,3</b>	<b>135.707,2</b>	<b>137.395,8</b>	<b>127.763,5</b>
Bônus Marco Alemão 2007	1.023,1	1.040,2	1.206,5	1.444,1	1.716,8	1.520,4	1.970,3	1.848,0	1.851,9	1.892,4	1.941,8	1.970,4	1.874,6
Bônus Parallel Franco	314,4	319,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Florim	374,3	380,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Xelim	299,7	304,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global 2027	8.132,6	8.268,8	8.827,0	9.955,4	11.999,8	10.578,1	13.632,2	12.757,5	12.727,8	12.366,6	12.340,3	12.471,2	11.735,9
Bônus EuroIra	798,7	812,1	866,9	1.094,0	1.300,6	1.151,8	1.492,6	1.399,9	1.402,9	1.433,6	1.471,0	1.492,6	1.420,1
Bônus Eurosterling 2007	492,9	501,1	535,0	603,3	805,6	704,0	918,0	857,0	850,3	854,1	871,5	842,3	796,9
Bônus Euro 2003	1.000,5	1.017,2	1.085,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.759,6	1.898,9	1.926,9	-
Bônus Marco Alemão 2008	790,7	804,0	904,9	1.083,1	1.287,6	1.140,3	1.477,7	1.386,0	1.419,3	1.456,3	1.477,8	1.477,8	1.406,0
Bônus Global 2008	5.809,0	5.906,3	6.305,0	7.111,0	8.571,3	7.555,8	9.737,3	9.112,5	9.091,3	8.833,3	8.814,5	8.908,0	8.382,8
Bônus Global 2004	6.970,8	7.087,5	7.566,0	8.533,2	10.285,5	9.066,9	11.684,7	10.935,0	10.909,5	10.599,9	10.577,4	10.689,6	10.059,3
Bônus Euro 2002	1.600,7	1.627,5	1.887,8	2.259,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Euro 2004	1.000,5	996,9	1.156,3	1.384,0	1.645,3	1.457,1	1.888,3	1.771,0	1.774,8	1.813,6	1.860,9	1.888,3	1.796,6
Bônus Global 2009	4.647,2	4.725,0	5.044,0	5.688,8	6.857,0	6.044,6	7.789,8	7.290,0	7.273,0	7.066,6	7.051,6	7.126,4	6.706,2
Bônus Euro 2006	1.400,6	1.399,7	1.623,5	1.943,2	2.310,2	2.045,8	2.651,3	2.523,1	2.491,9	2.546,4	2.612,9	2.651,4	2.522,5
Bônus Global 2020	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1
Bônus Euro 2010	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8
Bônus Global 2030	3.717,8	3.780,0	4.035,2	4.551,0	5.485,6	4.835,7	6.231,8	5.832,0	5.818,4	5.653,3	5.641,3	5.701,1	5.365,0
Bônus Samurai 2003	4.547,3	4.768,9	5.267,5	6.173,1	7.425,9	6.628,4	8.309,3	7.719,2	7.701,2	7.728,3	7.636,0	7.830,6	7.375,7
Bônus Euro 2005	2.501,2	2.518,6	2.921,4	3.496,7	4.214,8	3.681,3	4.770,7	4.474,6	4.484,0	4.582,1	4.701,7	4.770,9	4.539,1
Bônus Global 2007	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7
Bônus Global 2040	11.983,5	12.184,1	13.006,7	14.669,5	17.681,8	15.586,9	20.087,2	18.798,4	18.754,6	18.222,3	18.183,6	18.376,5	17.293,0
Bônus Euro 2007	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8
Bônus Samurai 2006	1.049,4	1.100,5	1.215,6	1.424,6	1.713,7	1.529,6	1.917,5	1.777,2	1.783,5	1.762,2	1.807,1	1.702,1	1.702,1
Bônus Global 2006	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7
Bônus Euro 2011	2.000,9	2.034,4	2.359,8	2.824,5	3.357,8	2.973,6	3.853,6	3.614,4	3.621,9	3.701,2	3.797,8	3.853,7	3.666,4
Bônus Global 2024	4.995,7	5.079,4	5.422,3	6.115,5	7.371,3	6.497,9	8.374,0	7.836,8	7.818,5	7.596,9	7.580,5	7.660,9	7.209,2
Bônus Samurai 2007	1.399,2	1.467,3	1.620,8	1.899,4	2.284,9	2.039,5	2.556,7	2.375,1	2.369,6	2.377,9	2.349,5	2.409,4	2.269,5
Bônus Global 2005	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1
Bônus Global 2012	2.904,5	2.953,1	3.152,5	3.555,5	4.285,6	3.777,9	4.868,6	4.556,3	4.545,6	4.416,6	4.407,3	4.454,0	4.191,4
Euro Bond 2009	-	1.017,2	1.179,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.807,2	1.810,8	1.850,6	1.898,9	1.926,9	1.833,2	1.833,2
Bônus Global 2010	-	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.580,7</b>	<b>-3.803,6</b>	<b>-4.022,4</b>	<b>-4.565,6</b>	<b>-5.656,7</b>	<b>-5.284,3</b>	<b>-7.107,4</b>	<b>-6.365,2</b>	<b>-6.313,7</b>	<b>-6.442,1</b>	<b>-6.393,5</b>	<b>-6.697,7</b>	<b>-6.156,8</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>44.706,1</b>	<b>45.615,0</b>	<b>49.003,9</b>	<b>54.544,8</b>	<b>69.155,8</b>	<b>60.380,5</b>	<b>75.150,2</b>	<b>70.041,2</b>	<b>72.834,3</b>	<b>69.554,3</b>	<b>69.171,0</b>	<b>69.004,9</b>	<b>66.188,9</b>
<b>IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-949,4</b>	<b>-942,8</b>	<b>-989,7</b>	<b>-1.004,6</b>	<b>-1.069,8</b>	<b>-1.182,6</b>	<b>-1.126,4</b>	<b>-1.103,3</b>	<b>-1.248,5</b>	<b>-1.090,9</b>	<b>-1.110,2</b>	<b>-1.137,1</b>	<b>-1.127,4</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>169.428,8</b>	<b>174.919,7</b>	<b>187.603,8</b>	<b>212.765,4</b>	<b>256.908,5</b>	<b>225.519,1</b>	<b>287.814,1</b>	<b>267.911,0</b>	<b>270.128,2</b>	<b>262.688,9</b>	<b>262.654,1</b>	<b>264.538,0</b>	<b>248.698,4</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB</b>	<b>13,9%</b>	<b>14,3%</b>	<b>15,3%</b>	<b>17,1%</b>	<b>20,5%</b>	<b>17,8%</b>	<b>22,5%</b>	<b>20,8%</b>	<b>20,7%</b>	<b>19,9%</b>	<b>19,5%</b>	<b>19,4%</b>	<b>17,9%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Mar/2002	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2003
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>713.695,0</b>	<b>730.722,1</b>	<b>746.927,5</b>	<b>760.458,8</b>	<b>806.298,3</b>	<b>799.952,0</b>	<b>831.903,3</b>	<b>821.160,9</b>	<b>832.223,7</b>	<b>840.972,1</b>	<b>872.999,6</b>	<b>888.560,4</b>	<b>898.891,6</b>
<b>I. Dívida em Mercado</b>	<b>516.767,6</b>	<b>531.132,8</b>	<b>538.399,8</b>	<b>544.610,9</b>	<b>575.976,6</b>	<b>554.480,1</b>	<b>567.886,3</b>	<b>555.039,5</b>	<b>562.713,0</b>	<b>557.205,4</b>	<b>575.019,4</b>	<b>584.485,6</b>	<b>600.951,0</b>
Dívida Securitizada	20.987,0	20.577,3	20.624,4	20.608,8	20.704,7	21.359,4	21.391,5	20.158,4	20.484,0	21.116,1	21.214,9	21.500,7	23.222,3
Certificados de Privatização	40,3	40,4	40,5	40,5	40,6	26,7	8,0	8,1	7,7	7,5	7,7	7,8	8,0
TDA	2.245,4	2.217,4	2.206,7	2.193,8	2.215,5	2.158,7	2.157,0	2.080,1	2.099,8	2.005,1	1.999,9	1.986,8	1.981,1
LTN	56.897,2	61.907,9	61.006,2	56.249,0	51.746,4	48.187,3	43.031,1	41.016,9	27.862,5	13.583,6	12.118,2	12.720,7	15.575,8
LFT	260.294,3	265.366,0	268.387,8	270.183,2	298.070,4	295.315,3	304.292,9	303.789,9	325.000,7	356.026,5	375.453,2	381.234,3	396.819,0
LFT-A	21.430,3	21.608,7	21.758,4	21.903,4	22.041,9	22.216,8	22.368,9	20.152,6	18.444,4	3.209,0	3.248,3	3.283,5	3.318,6
LFT-B	29.842,8	29.873,9	29.909,3	29.879,4	29.845,2	22.405,4	13.660,8	13.665,2	13.528,3	12.735,4	12.752,4	12.620,6	12.254,3
NTN-A	10.842,8	10.790,0	11.578,0	12.990,4	15.890,9	14.080,5	18.162,3	16.635,4	16.663,5	15.924,8	15.918,7	16.112,8	15.148,9
NTN-B	9.275,6	9.403,4	9.514,7	9.588,1	9.694,9	9.905,3	10.072,6	10.237,8	10.189,4	10.698,5	9.347,3	9.745,0	9.851,8
NTN-C	30.922,8	33.589,0	34.753,6	35.920,9	36.651,3	38.412,9	40.515,6	44.888,8	54.934,2	47.229,8	47.877,9	50.031,3	51.907,5
NTN-D	50.921,8	53.710,2	56.073,2	61.936,2	67.138,5	58.089,5	68.963,3	58.734,3	49.128,6	49.893,5	49.610,6	50.150,5	45.973,7
NTN-H	173,7	160,6	161,0	161,3	161,6	162,1	162,4	162,9	163,4	163,9	164,7	165,4	166,0
NTN-I	1.381,5	1.398,3	1.514,0	1.709,2	2.005,8	1.729,2	1.813,2	1.664,6	1.902,6	1.711,8	1.675,4	1.656,9	1.528,2
NTN-P	4.654,1	4.687,7	4.728,5	4.758,0	2.340,4	2.358,2	2.373,8	2.392,2	2.410,4	2.443,6	2.467,4	2.489,7	2.511,5
CFT-A	11.228,9	11.220,3	11.244,0	11.295,6	11.460,6	11.765,6	11.974,5	12.181,2	12.660,9	13.146,1	13.359,9	13.555,2	13.634,5
CFT-D	1.614,1	2.304,7	2.506,7	2.760,3	3.042,1	3.149,0	3.445,8	3.826,1	3.716,6	3.726,6	3.583,5	3.611,6	3.389,1
Demais	4.015,1	2.277,0	2.393,0	2.432,8	2.925,8	3.158,3	3.492,7	3.445,1	3.516,0	3.583,8	4.219,6	3.612,8	3.660,8
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>196.927,4</b>	<b>199.589,3</b>	<b>208.527,7</b>	<b>215.847,8</b>	<b>230.321,7</b>	<b>245.471,9</b>	<b>264.017,0</b>	<b>266.121,4</b>	<b>269.510,7</b>	<b>283.766,7</b>	<b>297.980,2</b>	<b>304.074,8</b>	<b>297.940,6</b>
LTN	24.848,0	54.442,5	55.521,0	57.109,4	63.100,0	62.334,0	65.048,6	68.406,5	57.491,8	45.725,0	47.916,1	49.501,2	50.997,4
LFT	53.093,8	54.751,1	57.791,5	57.637,5	62.017,3	101.613,3	102.733,8	106.059,9	121.600,7	141.438,1	153.890,7	157.362,6	155.649,7
LFT-A	64.655,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-A	1.683,1	1.715,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-D	50.455,0	87.091,0	93.615,3	99.490,9	103.508,0	76.030,5	90.648,2	85.266,7	84.013,0	90.102,1	89.579,1	90.493,4	84.481,3
Demais	2.191,6	1.589,1	1.599,9	1.610,0	1.696,4	5.494,1	5.586,5	6.388,4	6.405,2	6.501,5	6.594,4	6.717,6	6.812,1
<b>Dívida em Mercado/PIB</b>	<b>42,5%</b>	<b>43,5%</b>	<b>43,8%</b>	<b>43,8%</b>	<b>45,9%</b>	<b>43,8%</b>	<b>44,4%</b>	<b>43,0%</b>	<b>43,1%</b>	<b>42,2%</b>	<b>42,8%</b>	<b>42,8%</b>	<b>43,2%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Mar/2002	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2003
<b>I. INTERNA</b>	<b>-92.110,1</b>	<b>-93.046,8</b>	<b>-94.351,2</b>	<b>-95.200,3</b>	<b>-98.067,7</b>	<b>-99.480,4</b>	<b>-101.364,7</b>	<b>-103.516,1</b>	<b>-109.023,6</b>	<b>-110.307,8</b>	<b>-112.699,8</b>	<b>-114.350,0</b>	<b>-116.766,0</b>
Dívida contratual	579,1	585,7	619,1	674,1	785,2	707,8	872,1	813,9	812,9	864,9	844,8	852,9	812,4
FAT	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2
Aplicações financeiras	-2.501,4	-2.759,0	-2.759,1	-2.782,2	-2.632,5	-2.761,3	-2.765,3	-3.476,4	-3.330,1	-3.490,4	-3.588,2	-3.689,2	-4.007,2
Fundos Regionais	-17.202,5	-17.514,5	-17.883,8	-18.281,0	-18.625,2	-18.916,2	-19.223,5	-19.674,0	-20.025,3	-20.362,3	-20.503,3	-20.625,1	-21.361,1
Demais	-6.268,1	-6.382,6	-6.652,9	-6.729,7	-6.990,8	-7.188,3	-7.302,5	-7.667,0	-7.731,8	-8.126,1	-8.027,8	-8.397,0	-8.412,0
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-949,4</b>	<b>-942,8</b>	<b>-989,7</b>	<b>-1.004,6</b>	<b>-1.069,8</b>	<b>-1.182,6</b>	<b>-1.126,4</b>	<b>-1.103,3</b>	<b>-1.248,5</b>	<b>-1.090,9</b>	<b>-1.110,2</b>	<b>-1.137,1</b>	<b>-1.127,4</b>
Disponibilidades	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-93.059,5</b>	<b>-93.989,6</b>	<b>-95.340,9</b>	<b>-96.204,9</b>	<b>-99.137,6</b>	<b>-100.662,9</b>	<b>-102.491,1</b>	<b>-104.619,5</b>	<b>-110.272,1</b>	<b>-111.398,8</b>	<b>-113.809,9</b>	<b>-115.487,1</b>	<b>-117.893,5</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-7,8%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,1%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,5%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,5%</b>

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

## COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação (FPM e FPE), apresentaram em março um decréscimo de 13,3 %, em relação aos valores creditados em fevereiro de 2003, um pouco menor do que a estimativa inicialmente prevista de -16%.

No primeiro trimestre do ano de 2003, porém, os Fundos apresentaram crescimento de 2,8% quando comparados ao mesmo período do ano de 2002.

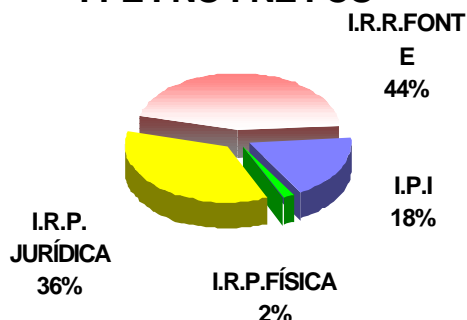
Para o mês de abril, as estimativas de arrecadação apontam para um decréscimo de 6% em relação ao mês de março, com uma expectativa de recuperação para o mês de maio, da ordem de 13,5%.

Alertamos, porém, que no mês de junho de 2003, devido ao início do processo de restituição do Imposto de Renda Pessoas Físicas, as transferências deverão ser bem menores do que as do mês de maio.

## COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **março** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

### BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



## DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	MAR	FEV	JAN A MAR	MAR/03 FEV/03	MAR/03 MAR/02	JAN A MAR/03 JAN A MAR/02
2002	1.714,7	2.242,5	5.874,9	-	-	-
2003	1.860,3	2.144,8	6.042,1	-13,3%	+8,5 %	+ 2,8 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	MAR	FEV	JAN A MAR	MAR/03 FEV/03	MAR/03 MAR/02	JAN A MAR/03 JAN A MAR/02
2002	1.638,5	2.142,8	5.613,8	-	-	-
2003	1.777,7	2.049,5	5.773,6	-13,3%	+8,5 %	+ 2,8 %

(\*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do

## PREVISTO X REALIZADO

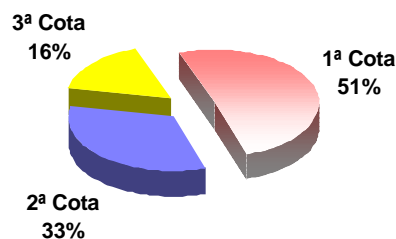
De acordo com a Portaria STN 616/02 os créditos no mês de **março** foram efetuados nas seguintes datas: **10/03, 20/03 e 28/03**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
FEV	-16,0 %	-13,3 %	-16,0 %	-13,3 %	-12,0 %	-7,6 %

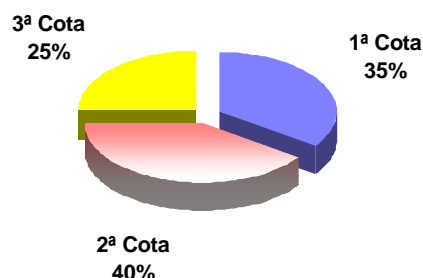
## DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

### FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



### IPI-EXP



## DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de fevereiro a 20 de março, conforme demonstrativo abaixo:

**R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Fev	512,3	3.657,2	4.169,5						
<b>MAR/2003</b>	<b>1.487,8</b>	<b>6.609,0</b>	<b>8.096,8</b>	<b>MAR/2003</b>	<b>8.268,2</b>	<b>1.511,0</b>	<b>1.581,3</b>	<b>125,3</b>	<b>567,8</b>
1º Dec./Mar.	595,3	2.139,0	2.734,3	3º Dec./Fev.	4.169,5	762,0	797,4	43,5	282,9
2º Dec./Mar.	366,9	997,5	1.364,4	1º Dec./Mar.	2.734,3	499,7	522,9	50,6	189,4
3º Dec./Mar.	525,6	3.472,5	3.998,1	2º Dec./Mar.	1.364,4	249,3	260,9	31,2	95,6

OBS.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

### DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	8.690,2	51.691,8	9,5	10.693,6
AL	37.513,8	62.859,7	309,6	18.102,8
AM	22.109,4	42.163,4	4.317,2	12.504,3
AP	5.979,4	51.555,8	13,9	10.317,9
BA	143.245,6	141.978,0	6.541,5	58.920,3
CE	82.663,8	110.861,7	1.582,6	35.079,9
DF	3.389,4	10.429,0	3,8	2.762,2
ES	27.988,6	22.665,2	4.831,2	11.492,1
GO	58.048,4	42.959,7	1.091,0	18.549,4
MA	63.713,0	109.068,1	1.154,8	39.872,9
MG	206.059,2	67.308,2	14.340,9	55.913,3
MS	24.046,2	20.126,7	929,3	8.451,3
MT	30.071,3	34.872,7	916,1	12.396,2
PA	57.131,5	92.353,2	5.410,9	33.269,3
PB	51.030,3	72.361,0	448,7	21.968,6
PE	80.526,5	104.263,0	843,3	31.466,4
PI	39.181,4	65.297,0	84,3	19.664,1
PR	107.100,9	43.565,6	13.963,9	33.074,4
RJ	46.690,5	23.083,8	9.740,4	16.367,3
RN	39.144,3	63.128,7	454,1	18.272,6
RO	14.275,2	42.544,1	158,1	10.154,3
RR	7.533,9	37.483,7	14,0	7.962,0
RS	107.055,8	35.581,4	20.384,5	32.739,6
SC	61.729,9	19.338,0	12.857,8	18.002,1
SE	24.140,2	62.787,2	63,0	15.451,1
SP	210.338,6	15.110,1	25.129,1	55.877,9
TO	24.070,8	65.578,0	4,0	15.852,5
<b>TOTAL</b>	<b>1.583.468,0</b>	<b>1.511.014,9</b>	<b>125.597,4</b>	<b>625.178,4</b>

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

### ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Abr/Mar	Mai/Abr	Jun/Mai
FPM	-6,0 %	+13,5 %	-25,5 %
FPE	-6,0 %	+13,5 %	-25,5 %
IPI-EXP	+5,0 %	+11,5 %	+6,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

### DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jun/2002	31/07/02	Nov/2002	19/12/02
Jul/2002	21/08/02	Dez/2002	27/01/03
Ago/2002	24/09/02	Jan a Dez/2002	27/01/03
Set/2002	28/10/02	Jan/2003	20/02/03
Out/2002	26/11/02	Fev/2003	25/03/03

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2002, a Portaria STN 616, de 18 de dezembro de 2002, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2003.

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

#### COMPORTAMENTO NO MÊS

As Transferências para o FUNDEF no, mês de março/2003, apresentaram números menores do que os ocorridos no mês de fevereiro/2003, da ordem de 7,1%.

Contribuíram negativamente para isso, os repasses originários da LC 87/96 (-19,2%) e do IPI - Exportação (-12,4%). Também os repasses decorrentes do ICMS - Estadual tiveram redução de 4%.

Origens	R\$ Mil				
	fevereiro	Partic.	março	Partic.	Mar/ Fev
FPM	278.057,7	12,8%	276.878,6	13,8%	-0,4%
FPE	268.000,7	12,4%	266.649,7	13,2%	-0,5%
IPI-EXP	25.234,5	1,2%	22.117,7	1,1%	-12,4%
LC 87/96 LC 102/00	49.265,6	2,3%	39.782,7	2,0%	-19,2%
Compl. União	99.248,0	4,6%	19.749,8	1,0%	-
ICMS	1.446.033,6	66,8%	1.387.479,9	68,9%	-4,0%
<b>Total</b>	<b>2.165.840,1</b>	<b>100%</b>	<b>2.012.658,3</b>	<b>100%</b>	<b>-7,1%</b>

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

#### DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao Fundef podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 410-8648, 410-9270, 410-9295
- por meio do Fax (61) 410-9283;
- por meio de e-mail: [fundef@sef.mec.gov.br](mailto:fundef@sef.mec.gov.br) ;
- por correspondência endereçada ao:  
Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501  
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

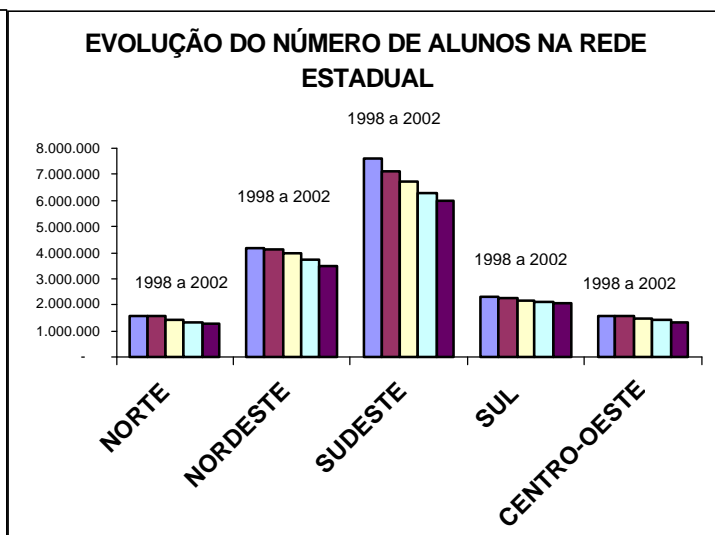
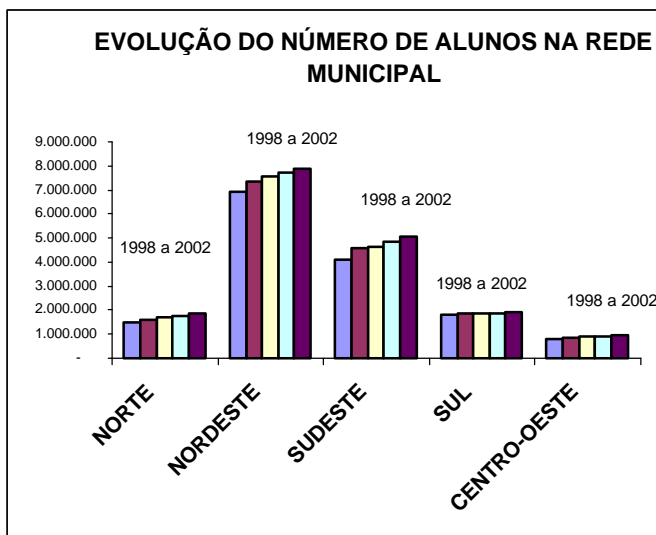
Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**  
Fone: (61) 412.3116/3118 Fax: (61) 412. 1559  
Email: [cofin.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cofin.df.stn@fazenda.gov.br)

#### EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS ENTRE A REDE MUNICIPAL E ESTADUAL - 1998 A 2002

Os gráficos abaixo demonstram, basicamente, a transferência dos alunos matriculados no ensino fundamental da rede estadual para a rede municipal.

A partir de 1994, primeiro ano após a implantação obrigatória do FUNDEF, houve uma corrida de alunos da rede estadual para a rede municipal.

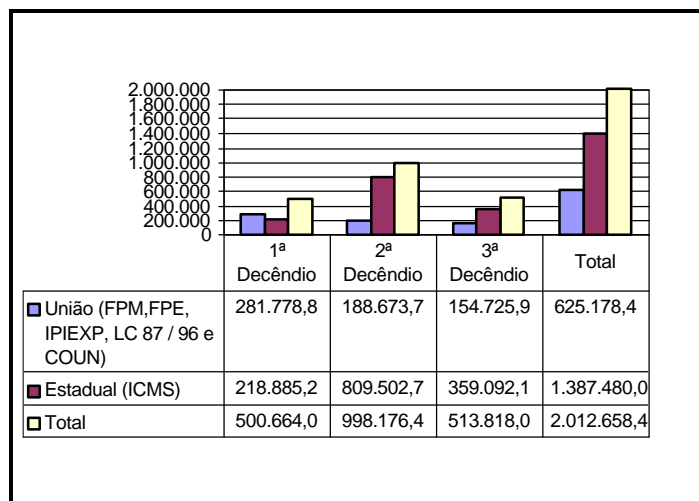
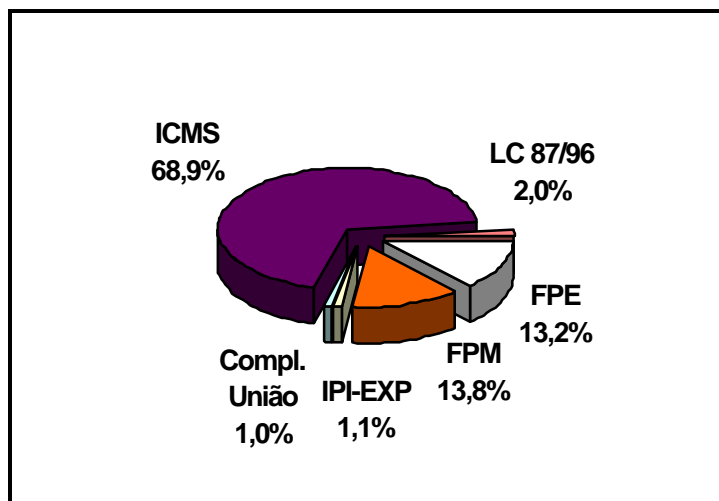
Na região Sudeste, por exemplo, o número de alunos matriculados na rede estadual, em torno de 8 milhões ficou superior a 6 milhões em 2002. Na região Nordeste, o número de alunos matriculados no ensino fundamental, na rede municipal, cresceu ano após ano, passando de menos de 7 milhões em 1995 para 8 milhões em 2002.



## FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

## FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



## DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - MARÇO/2003 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	142.334	9.122,1	1.533,6	1,7	0,0	36,3	2.401,0	<b>13.094,7</b>	92,0	191,6
AL	674.791	11.092,9	6.620,1	54,6	0,0	335,2	10.301,5	<b>28.404,3</b>	42,1	86,4
AM	698.347	7.440,6	3.901,7	760,0	0,0	402,1	27.578,6	<b>40.082,9</b>	57,4	117,8
AP	122.638	9.098,1	1.055,2	2,4	0,0	162,1	1.719,6	<b>12.037,5</b>	98,2	211,3
BA	3.440.155	25.054,9	25.278,6	1.151,5	5.952,7	1.482,6	64.012,9	<b>122.933,2</b>	35,7	77,3
CE	1.666.055	19.563,8	14.587,7	278,6	0,0	649,7	27.284,3	<b>62.364,1</b>	37,4	92,0
DF(2)	304.072	1.840,4	598,1	0,7	0,0	323,0	0,0	<b>2.762,2</b>	9,1	19,1
ES	517.896	3.999,7	4.939,2	852,6	0,0	1.700,7	26.618,6	<b>38.110,8</b>	73,6	151,0
GO	992.400	7.581,1	10.243,8	192,1	0,0	532,4	39.736,9	<b>58.286,3</b>	58,7	122,8
MA	1.529.025	19.247,3	11.243,5	203,3	8.509,1	669,7	11.516,7	<b>51.389,6</b>	33,6	72,3
MG	3.308.674	11.877,9	36.363,4	2.524,5	0,0	5.147,6	130.452,6	<b>186.365,8</b>	56,3	126,6
MS	447.658	3.551,8	4.243,4	163,6	0,0	492,5	22.265,7	<b>30.717,0</b>	68,6	128,5
MT	567.420	6.154,0	5.306,7	161,3	0,0	774,2	26.397,4	<b>38.793,6</b>	68,4	133,4
PA	1.559.147	16.297,6	10.082,0	952,5	4.196,4	1.740,7	32.251,1	<b>65.520,4</b>	42,0	93,5
PB	794.932	12.769,6	9.005,3	79,0	0,0	114,7	12.733,4	<b>34.702,0</b>	43,7	94,3
PE	1.577.542	18.399,4	12.381,0	148,4	0,0	537,6	36.479,5	<b>67.945,9</b>	43,1	85,2
PI	730.910	11.523,0	6.914,4	14,8	1.091,5	120,3	8.215,8	<b>27.879,8</b>	38,1	79,2
PR	1.573.023	7.688,0	18.900,1	2.464,2	0,0	4.022,0	92.551,6	<b>125.626,0</b>	79,9	156,5
RJ	2.011.227	4.073,6	8.239,5	1.714,6	0,0	2.339,6	143.837,0	<b>160.204,4</b>	79,7	164,0
RN	567.686	11.140,4	6.907,8	79,9	0,0	144,5	13.356,0	<b>31.628,5</b>	55,7	116,3
RO	299.607	7.507,8	2.519,1	27,9	0,0	99,5	8.079,0	<b>18.233,3</b>	60,9	134,4
RR	74.129	6.614,8	1.329,5	2,5	0,0	15,3	1.005,5	<b>8.967,5</b>	121,0	269,4
RS	1.579.414	6.279,1	18.866,0	3.588,3	0,0	4.006,2	109.074,7	<b>141.814,3</b>	89,8	181,3
SC	887.879	3.412,6	10.893,5	2.263,4	0,0	1.432,6	56.380,7	<b>74.382,7</b>	83,8	183,7
SE	389.133	11.080,1	4.260,0	11,1	0,0	99,9	8.317,1	<b>23.768,3</b>	61,1	125,4
SP	5.244.645	2.666,5	36.417,6	4.423,5	0,0	12.370,3	468.825,0	<b>524.703,0</b>	100,0	200,9
TO	279.768	11.572,6	4.247,8	0,7	0,0	31,4	6.087,7	<b>21.940,2</b>	78,4	146,5
<b>Total</b>	<b>31.980.507</b>	<b>266.649,7</b>	<b>276.878,6</b>	<b>22.117,7</b>	<b>19.749,8</b>	<b>39.782,7</b>	<b>1.387.479,9</b>	<b>2.012.658,3</b>	<b>62,9</b>	<b>131,0</b>

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.477, de 12.12.2002. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.